

ros, das técnicas de sua composição e de seus respectivos estilos. A organização do livro também considera que a doutrina que previa Deus como substância e causa primeira da natureza e da história acarretava a unificação da poesia, gramática, retórica, história e filosofia moral no que então se designavam por letras “humanas”.

No conjunto dos ensaios, os autores problematizam os eixos temporais inerentes ao estudo das práticas letradas luso-brasileiras. Discorrem sobre o presente contemporâneo das obras estudadas, sobre a apropriação e a reformulação, por doutrinas contrarreformistas, do sistema retórico e poético greco-latino. Também confrontam a recepção moderna e contemporânea das letras coloniais com os princípios retóricos e poéticos, teológicos e políticos que as nortearam.

Os textos do livro demonstram, com isso, a distância das práticas letradas quinhentistas, seiscentistas e setecentistas de categorias de análise que só se difundem pela cultura em fins do século XVIII. Avançam na discussão sobre a imitação, pelas obras analisadas, de seus respectivos modelos tradicionais, sobre seus códices, as principais preceptivas de cada uma delas, seus referenciais teóricos contemporâneos, o decoro consoante às diferentes matérias próprias de cada gênero, as tópicos que lhes são inerentes, seus subgêneros, partes estruturais e estilos.

O livro fortalece a pesquisa e amplia o estudo das letras coloniais luso-brasileiras. Enquanto aprofunda as questões que as envolvem, reafirma sua singular riqueza.

CILAINE ALVES CUNHA

Neste volume, um olhar renovado sobre as práticas letradas do vasto território que viria a ser o Brasil ilumina um instigante panorama. Os ensaios sobre os diferentes gêneros de escrita então praticados, antes do estabelecimento do que hoje nomeamos literatura, põem em relevo a diversidade e a transnacionalidade das letras luso-brasileiras. Com eles embarcamos numa jornada completa pelo mundo da cultura letrada e numa revisão crítica da história literária. Além da épica, da lírica e da sátira, são estudados o gênero histórico, a comédia nova, a gramática, as cartas, a oratória sacra, as narrativas alegóricas e a filosofia moral. Um painel vibrante da cultura das Terras do Brasil entre os séculos XVI e XVIII.

A perspectiva atualizada dos estudos aqui reunidos abarca autores conhecidos e menos conhecidos, trazendo-nos José de Anchieta, Bento Teixeira, Antônio Barbosa Bacelar, Soror Violante do Céu, Gervásio das Montanhas, Gregório de Matos, Silva Alvarenga, Manuel Botelho de Oliveira, Pero Vaz de Caminha, Antônio Vieira e Alexandre de Gusmão, entre outros, em discussões aprofundadas a cargo de especialistas. Uma leitura indispensável para aqueles que se interessam pelas letras luso-brasileiras.

SHEILA HUE



AS LETRAS NA TERRA DO BRASIL

Lachat & Chauvin  
ORGANIZADORES

Æ

Marcelo Lachat & Jean Pierre Chauvin

ORGANIZADORES

# AS LETRAS NA TERRA DO BRASIL

SÉCULOS XVI A XVIII

Uma Introdução

Æ  
Ateliê Editorial

Esta reunião de ensaios conjuga o estudo sobre diferentes gêneros discursivos com a análise de algumas obras luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII: o gênero épico e sua prática por Bento Teixeira, Santa Rita Durão, Tomás Antônio Gonzaga, entre outros; a diversidade temática e formal da poesia lírica e aquela enfeixada na *Fênix Renascida*; a sátira e a produção satírica atribuída a Gregório de Matos e Guerra e de letrados da Academia dos Esquecidos; as festas coloniais, a “comédia nova” e a *Música do Parnaso*, de Manuel Botelho de Oliveira; a gramatização e a pragmática do discurso dos missionários no e sobre o Novo Mundo, suas listas temáticas, dicionários enciclopédicos e herbários, assim como listagens lexicais de José de Anchieta sobre a fauna e a flora do Brasil; a sistematização do gênero epistolográfico em diferentes tempos, a carta de Pero Vaz de Caminha e outras; a oratória sacra, suas espécies e sermões de Antônio Vieira; a alegoria cristã de interpretação da história e narrativas de viagem de salvação por Alexandre de Gusmão e Nunes Marques Pereira; os usos e o sistema do gênero histórico em textos e pinturas sobre a guerra e a ocupação holandesa no Estado do Brasil, produzidos durante e posteriormente a elas; as categorias históricas que envolvem o discurso da devoção, a filosofia moral e a *Lyra Sacra*, de Manuel Botelho de Oliveira.

Na reunião dos textos por meio dos gêneros, os organizadores basearam-se na concepção de “autoria” predominante naqueles séculos. Pressupõem que ela então se concebia como domínio, pelos letrados, dos saberes legados pelas autoridades tradicionais, dos assuntos convenientes a cada um dos gêne-

# As Letras na Terra do Brasil



AS LETRAS  
NA TERRA  
DO BRASIL  
SÉCULOS XVI A XVIII

*Uma Introdução*

Marcelo Lachat  
Jean Pierre Chauvin

ORGS.

  
Ateliê Editorial

Copyright © 2022 by Autores

Direitos reservados e protegidos pela Lei 9.610 de 19.2.1998.

É proibida a reprodução total ou parcial sem autorização, por escrito, da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

---

*As Letras na Terra do Brasil (Séculos XVI a XVIII): Uma Introdução* / Marcelo Lachat, Jean Pierre Chauvin, orgs. – Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2022.

ISBN 978-65-5580-062-3

1. Brasil – História. 2. Filosofia moral. 3. Gramática. 4. Historiografia. 5. Letras. 6. Narrativa (Retórica). 7. Poesia (Literatura). 8. Retórica. I. Lachat, Marcelo. II. Chauvin, Jean Pierre.

22-103544

CDD 808.009

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Retórica : História 808.009

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB 8/7964

*Direitos reservados à*

ATELIÊ EDITORIAL

Estrada da Aldeia de Carapicuíba, 897

06709-300 – Cotia – SP

Tel.: (11) 4702-5915

[www.atelie.com.br](http://www.atelie.com.br) | [contato@atelie.com.br](mailto:contato@atelie.com.br)

[facebook.com/atelieeditorial](https://facebook.com/atelieeditorial) | [blog.atelie.com.br](http://blog.atelie.com.br)

Printed in Brazil 2022

Foi feito o depósito legal

## Sumário

Apresentação.....	7
-------------------	---

### I. À GUISA DE INTRODUÇÃO

Sobre as Letras na Terra do Brasil: Conceitos e Tempos.....	11
<i>Marcelo Lachat &amp; Jean Pierre Chauvin</i>	

### II. POESIA ÉPICA

Uma Brevíssima Introdução ao Gênero Épico.....	49
<i>Cleber Vinicius do Amaral Felipe</i>	

### III. POESIA LÍRICA

A Lírica dos Jardins de Poemas do Século XVII.....	87
<i>Maria do Socorro Fernandes de Carvalho</i>	

### IV. POESIA SATÍRICA

A Quem Puder Rir: Fontes e Normas da Sátira Luso-Brasileira (Séculos XVII-XVIII).....	105
<i>Pedro Marques</i>	

### V. COMÉDIA

O Gênero “Comédia Nova” na América Portuguesa.....	147
<i>Wagner José Maurício Costa</i>	

## VI. GRAMÁTICA

- Uma Carta de José de Anchieta como Gênero Misto: Listas  
Temáticas, Bestiários, Herbários e Dicionários Enciclopédicos  
nos Séculos XVI e XVII ..... 191  
*Marcello Moreira*

## VII. GÊNERO EPISTOLAR

- Leitura de Cartas: Exercício de Paleontologia ..... 229  
*Emerson Tin*

## VIII. SERMÃO

- Semen est Verbum Dei*: Oratória Sacra na Terra do Brasil  
(Séculos XVI a XVIII) ..... 251  
*Marcus De Martini*

## IX. NARRATIVA ALEGÓRICA

- Narrativas Alegóricas de Peregrinação ..... 295  
*José Adriano Filho*

## X. GÊNERO HISTÓRICO

- Modalidades do Gênero Histórico Seiscentista: Escrita e Pintura  
de Guerra. .... 333  
*Eduardo Sinkevisque*

## XI. FILOSOFIA MORAL

- Devoção e Filosofia Moral na *Lyra Sacra* de Manuel Botelho  
de Oliveira. .... 381  
*Flávio Antônio Fernandes Reis*
- Sobre os Autores. .... 435

## Apresentação

Buscando afastar-se de uma historiografia literária teleológica e anacrônica, este livro apresenta discussões introdutórias sobre importantes gêneros letrados que circularam na Terra do Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Esses gêneros inserem-se nos cinco grandes campos das chamadas letras humanas, assim constituídas desde o século XV, tendo como principal modelo antigo os *studia humanitatis* de Cícero. Portanto, as “letras” estudadas neste livro abrangem poesia, gramática, retórica, história e filosofia moral.

Por isso, no título dado a esta obra, empregou-se o termo “letras”, vigente no mundo luso-brasileiro até o século XVIII, em vez de “literatura”, termo que, em sua acepção moderna como “arte literária”, se consolidou apenas na segunda metade do Setecentos e que, no Brasil, só passou a vigorar durante o Oitocentos. Também presente no título do livro, a expressão “Terra do Brasil” diz respeito a uma das mais comuns e duradouras denominações que o território português na América recebeu desde, pelo menos, 1511. Porém, é preciso lembrar que coexistiram formas variadas de nomear o Brasil hoje dito “colonial”: nos séculos XVI e XVII, foram utilizadas designações como Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz e Terra (ou Terras), Estado ou Província do Brasil; e, no Setecentos, um termo que se estabeleceu foi “América Portuguesa”, tal como se verifica no título da conhecida obra de Sebastião da Rocha Pita, *História da América Portuguesa*, de 1730.

Do século XVI ao XVIII, as letras luso-brasileiras foram produzidas por imitação (*mimesis, imitatio*) de modelos antigos e modernos (ressaltando-se que “moderno”, entre o Quinhentos e o Setecentos, referia-se a algo próximo

no tempo, recente, e não, por óbvio, à “modernidade literária” do século XIX ou aos “modernismos” do começo do XX). O que regia essas letras quinhentistas, seiscentistas e setecentistas não era a subjetividade, a originalidade ou a autoria, mas a “autoridade” (*auctoritas*) enquanto excelência de um gênero. Homero, Virgílio e Camões, por exemplo, eram autoridades da poesia épica para os poetas luso-brasileiros de fins do século XVI até o XVIII. Desse modo, tais práticas letradas fundavam-se na imitação de autores paradigmáticos, que se constituíam como *exempla* sempre em função dos gêneros.

Este livro reúne, enfim, textos que tratam de relevantes gêneros das letras na Terra do Brasil, tendo em vista aquelas cinco áreas mencionadas. Nos capítulos a seguir, apresentam-se – entre gêneros e campos letrados – a poesia épica, lírica e satírica, a comédia, a gramática, o gênero epistolar, o sermão, a narrativa alegórica, o gênero histórico e a filosofia moral.

OS ORGANIZADORES

# I. À GUISA DE INTRODUÇÃO



## Sobre as Letras na Terra do Brasil: Conceitos e Tempos

Marcelo Lachat | Jean Pierre Chauvin

### LETRAS<sup>1</sup>

As discussões (acadêmicas e escolares) sobre as letras luso-brasileiras dos séculos XVI a XVIII ainda se mostram, de modo geral, dependentes de categorias críticas e historiográficas tradicionais que se consolidaram a partir da segunda metade do século XIX e que predominam até hoje, a começar pela própria noção de “literatura”. Assim, tradicional e anacronicamente, a maior parte das histórias literárias brasileiras costuma designar as letras quinhentistas, seiscentistas e setecentistas como “literatura” que se divide, por supostas rupturas temporais e marcas estilísticas, em três épocas ou períodos: “classicismo”, “barroco” e “neoclassicismo/arcadismo”. E, no caso específico da América Portuguesa (assim denominada, possivelmente, apenas no início do século XVIII), suas letras são reduzidas à categoria dedutiva “literatura brasileira colonial”.

Deve-se ressaltar, no entanto, que as concepções de época e de estilo literário são historicamente determinadas e seu emprego, tendo em vista as práticas letradas dos anos quinhentos, seiscentos e setecentos, mostra-se frequentemente anacrônico, classificando-se autores e obras segundo critérios epocais e estilísticos que se almejam atemporais. O descompasso entre os estilos literários e as variadas contexturas por eles classificadas gera perío-

1. Este primeiro tópico do capítulo consiste em uma nova versão do artigo “Letras e Literatura: Continuidades e Descontinuidades”, de Marcelo Lachat, publicado na *Revista USP*, n. 121, pp. 45-60, abr.-maio-jun. 2019.

dos literários estilizados, que desistoricizam as especificidades históricas dos textos, lidos fora do tempo porque apreendidos de acordo com características supostamente universais.

As categorias histórico-literárias dedutivas, arrogando-se universais, apagam as peculiaridades das letras quinhentistas, seiscentistas e setecentistas, pois esses escritos são de outros tempos, que, situados no passado, não são os mesmos da literatura moderna, pós-moderna ou contemporânea; tais escritos são antes ruínas letradas do que construções atemporais anacronicamente idealizadas. Por conseguinte, em vez de qualificar as obras, dedutivamente, como “clássicas”, “maneiristas”, “barrocas”, “neoclássicas”, “arcades” etc., parece mais adequado buscar aquilo que instituiu e que ainda constitui esses textos, revolvendo os vestígios de seus tempos em ruínas à procura de resquícios das *technai* retóricas e poéticas e das matérias elaboradas tecnicamente. Talvez assim se compreendam melhor as especificidades das práticas letradas produzidas nos séculos XVI, XVII e XVIII na “Terra do Brasil”, mesmo que, para escavar esses tempos diversos, sejam ruídos edifícios literários pretensamente atemporais.

Posto isso, é preciso lembrar que o termo “letras” deriva etimologicamente da palavra latina *littera*, a qual traduz a grega *gramma*, significando ambas uma letra qualquer do alfabeto. Já o plural latino *litterae*, correspondente ao grego *grammata*, pode ter três sentidos principais: o de carta, sendo sinônimo de *epistula*; o de escritos em geral; e o de instrução ou cultura. Desenvolvendo essa discussão etimológica, Roberto Acízelo de Souza sintetiza aquilo que os autores antigos entendiam por “letras” e “literatura”:

Varrão (século II a.c.) assinala que *litteratura*, [...] que no latim de então significa a arte (na acepção de técnica, perícia, conhecimento) concernente às *litterae*, isto é, a habilidade de ler e escrever, constituiria palavra latina criada segundo o modelo grego *grammatiké*. Cícero (séculos II-I a.c.) emprega *litterae* e também o neologismo *litteratura*, ambos no mesmo sentido de cultura obtida mediante o domínio da arte de ler e escrever, podendo acrescentar-se o detalhe de que o primeiro termo foi mais usual em Roma do que o segundo. Quintiliano (séculos I-II d.c.) também utiliza o vocábulo *litteratura* com o significado já corrente no tempo de Varrão, vale dizer, conhecimento de ler e escrever. Aulo Gélcio (século II d.c.), por sua vez, identifica o latim *humanitas* com o grego *paideia* servindo-se do vocábulo *litterae* para designar o estudo das

## I. À GUISA DE INTRODUÇÃO

artes e letras dos gregos, concebidas como representantes da ideia geral de homem (donde, *humanitas*, isto é, literalmente *humanidade*); a palavra então nomeia o estudo dos escritores gregos – Homero e os da época de Péricles –, opondo-se ainda, por seu significado, à tradição oral, identificada com os poemas homéricos na fase anterior à sua fixação escrita ocorrida no século VI a.c. O mesmo Aulo Gélcio distingue entre as expressões *litterator* (mestre de gramática, aquele que ensina as letras) – a qual, tanto quanto a forma *litteratus*, também encontrada, traduz o grego *grammatikós* – e *litteras sciens* (aquele que conhece as *litterae*, isto é, segundo o emprego do autor em causa, aquele que conhece o corpo de escritos gregos mencionado). Tertuliano e Cassiano (ambos do século II d.c.), no alvorecer do cristianismo como religião de Estado, empregam a palavra *litteratura* no sentido de certo corpo de escritos, por oposição a *scriptura*, termo com que designam os escritos cristãos. No latim medieval, os vocábulos da família morfológica em questão – *littera*, *litterae*, *litteratura*, *litteratus*, *litterator*, *litteras sciens* – tornam-se pouco utilizados<sup>2</sup>.

A partir dessa síntese das concepções antigas, é possível acrescentar, então, que no século XV as letras seculares ou humanas, distintas das divinas, são associadas aos *studia humanitatis* de Cícero, englobando os estudos de gramática, retórica, poesia, história e filosofia moral. São essas cinco, portanto, as matérias fundamentais das letras – especificamente, as humanas – entre os séculos XVI e XVIII. Nesse sentido, nas primeiras décadas do Setecentos, o *Vocabulário Português e Latino* de Raphael Bluteau afirma que as letras divinas são, propriamente, a Sagrada Escritura, enquanto as humanas, estando relacionadas com a noção ciceroniana de *humanitas*, são as “boas letras” ou as “humanidades”<sup>3</sup>. Ademais, na primeira parte do *Suplemento ao Vocabulário Português e Latino*, define-se “literatura” como “erudição, ciência, notícia das boas letras”<sup>4</sup>. Dessa forma, nota-se que, até meados dos anos setecentos, os termos “letras” e “literatura”, em língua portuguesa, tinham ainda acepções muito semelhantes às aquelas mencionadas dos vocábulos latinos antigos dos quais derivaram, ou seja, *litterae* e *litteratura*. A expressão

2. Roberto Acízelo de Souza, “Literatura”, em Carlos Ceia (coord.), *E-Dicionário de Termos Literários*, 2009.

3. Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez, & Latino*, vol. 5, Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1716, p. 89.

4. Raphael Bluteau, *Suplemento ao Vocabulário Portuguez, & Latino*, Parte Primeira, Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727, p. 562.

“boas letras”, referida por Bluteau, foi cristalizada por Erasmo de Roterdã no início do século XVI (*bonae litterae redunt homines*), ecoando nela a concepção de Cícero de que os *studia humanitatis ac litterarum* são fundamentais para a educação humana em sentido amplo, isto é, a *humanitas*.

Assim, apenas na segunda metade do século XVIII é que se encontram os primeiros usos e definições “modernos”<sup>5</sup> do termo “literatura”, os quais, ainda predominantes atualmente, buscam afastar-se dos “antigos”. Conforme Vitor Manuel de Aguiar e Silva, um possível marco inicial dessa noção moderna de literatura seria o texto de Denis Diderot intitulado *Recherches Philosophiques sur l’Origine et la Nature du Beau*, de 1751. Nele, o filósofo francês declara existir um específico “belo literário” (*le beau littéraire*), significando, então, a palavra *littérature* uma singular “atividade criadora que se consubstancia em obras caracterizadas por uma particular categoria do belo. Quer dizer, para Diderot *litteratura* é uma arte e é também o conjunto das manifestações dessa arte”<sup>6</sup>.

A consolidação do conceito moderno de literatura, entre meados do século XVIII e a primeira metade do XIX<sup>7</sup>, coincide temporalmente com a constituição de “novas” concepções de história, revolução, ruptura e progresso. De acordo com Reinhart Koselleck e François Hartog<sup>8</sup>, até o século XVIII, prevaleceu a noção antiga de história, sintetizada pelo célebre *topos*

5. Como elucida Roberto Acízelo de Souza, “o qualificativo ‘moderno’, aplicado ao conceito ‘literatura’, num certo sentido implica uma redundância. É que, até em torno do século XVIII, enquanto a palavra ‘literatura’ conservou sua acepção etimológica latina, significando, pois, habilidade de ler e escrever, bem como, por extensão, cultura alcançada mediante o exercício dessa habilidade, as produções escritas não se tinham unificado sob um conceito genérico” (Roberto Acízelo de Souza, *Uma Ideia Moderna de Literatura: Textos Seminais para os Estudos Literários (1688-1922)*, Chapecó, Argos, 2011, p. 13).
6. Vitor Manuel de Aguiar e Silva, *Teoria da Literatura*, 8. ed., Coimbra, Livraria Almedina, 2007, p. 6.
7. “Foi na segunda metade do século XVIII que, em virtude de importantes transformações semânticas, o lexema *litteratura* adquiriu os significados fundamentais que ainda hoje apresenta: uma arte particular, uma específica categoria da criação artística e um conjunto de textos resultantes desta atividade criadora” (*idem*, pp. 9-10).
8. “Não sem reformulação (começando pela cristã), o *topos* da *historia magistra [vitae]* permanecerá ativo até o fim do século XVIII [...]. Entra-se então num outro regime de historicidade, formulado na Alemanha no último terço do século XVIII e realizado pela Revolução Francesa: o da história concebida como processo e incarnada no progresso” (François Hartog, *A História de Homero a Santo Agostinho*, Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001, p. 20).

ciceroniano: *historia magistra vitae*. Desse modo, a história funcionava primordialmente como celeiro de *exempla* para comprovar doutrinas morais, políticas, teológicas e jurídicas<sup>9</sup>. Salienta ainda Koselleck que, na língua alemã, houve um esvaziamento do sentido dessa tópica antiga quando a palavra *Historie*, “que significava predominantemente o relato, a narrativa de algo acontecido, [...] foi sendo preterida em favor da palavra *Geschichte*. O abandono do termo *Historie* e o subsequente emprego de *Geschichte* completou-se por volta de 1750”<sup>10</sup>. As “histórias” (*Historien*), compreendidas como narrativas exemplares descosidas entre si, perduraram, portanto, até a primeira metade do Setecentos, quando foram substituídas pela “História” no singular (*die Geschichte*), que passou a interpretar (e não apenas descrever ou relatar) os eventos em uma sequência unificada para que eles, apreendidos em conjunto, constituíssem a marcha da humanidade. Assim, no final do século XVIII, criou-se o conceito de “progresso” (único e universal), ao reunir-se “grande número de novas experiências dos três séculos anteriores”<sup>11</sup>. A Revolução Francesa de 1789 foi o acontecimento crucial para a dissolução do antigo modelo da concepção de história, pois a nova ideia de “revolução” não comportava a repetição do passado, implicando, pelo contrário, a busca pela ruptura da continuidade. Isso porque “as expectativas para o futuro se desvincularam de tudo quanto as antigas experiências haviam sido capazes

9. Segundo Koselleck, o uso da tópica ciceroniana *historia magistra vitae* “remete a uma possibilidade ininterrupta de compreensão prévia das possibilidades humanas em um *continuum* histórico de validade geral. A história pode conduzir ao relativo aperfeiçoamento moral ou intelectual de seus contemporâneos e de seus pósteros, mas somente se e enquanto os pressupostos para tal forem basicamente os mesmos. Até o século XVIII, o emprego de nossa expressão permanece como indício inquestionável da constância da natureza humana, cujas histórias são instrumentos recorrentes apropriados para comprovar doutrinas morais, teológicas, jurídicas ou políticas. Mas, da mesma forma, a perpetuação de nosso *topos* aludia a uma constância efetiva das premissas e pressupostos, fato que tornava possível uma semelhança potencial entre os eventos terrenos. E, quando uma transformação social ocorria, era de modo tão lento e em prazo tão longo, que os exemplos do passado continuavam a ser proveitosos. A estrutura temporal da história passada delimitava um espaço contínuo no qual acontecia toda a experimentação possível” (Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira, Revisão de César Benjamin, Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2006, p. 43).

10. *Idem*, p. 48.

11. *Idem*, p. 317.

de oferecer. E as experiências novas [...] *já não eram suficientes para servir de base a novas expectativas para o futuro*<sup>12</sup>. Daí o “espaço de experiência” não ser mais limitado pelo “horizonte de expectativa”, projetando-se um futuro inédito, em um tempo acelerado. Não por acaso, a criação do “Antigo Regime” (*Ancien Régime*) data desse tempo tomado como revolução, visto que os “revolucionários” julgavam instaurar, por oposição absoluta ao passado, um inédito “Novo Regime”<sup>13</sup>.

Relacionando-se esses conceitos modernos de literatura e de história, entende-se melhor a constituição, no século XIX, da história literária como disciplina que periodiza a continuidade do tempo, sendo então o tempo literário (único e unificado) interpretado como progresso cujas balizas são rupturas e revoluções. Esse novo modelo historiográfico da literatura deriva da história da “arte” (no singular), também idealizada no Oitocentos. Dessa forma, interpretando os séculos XVI, XVII e XVIII, essa nova história literária (que não é a das letras) cria períodos-rótulos que, marcados por rupturas, nunca existiram nos tempos por eles classificados e avaliados: “classicismo”, “barroco” e “neoclassicismo/arcadismo”. O primeiro desses períodos ou épocas, a “literatura clássica” ou “classicismo”, decorre da periodização oitocentista, no campo da história da arte, que institui o chamado “Renascimento”. Quanto a este, em particular, elucida Leon Kossovitch:

Dois “Renascimentos” distinguem-se na história das artes: o inventado, retórica, poeticamente, no século XIV, ainda vigente no XVIII; o periodizado no século XIX como positividade estilística, hoje positivíssima. O primeiro, do qual o segundo se apropria,

12. *Idem*, p. 318.

13. “O Antigo Regime – *Ancien Régime* – foi uma criação da Revolução Francesa. Era o que os revolucionários pensavam estar destruindo em 1789 e nos anos a seguir. Antes daquele momentoso ano, ninguém pensava em si mesmo como vivendo sob algo chamado Antigo Regime. *Ancien* significa, mais precisamente, ‘antigo’, antes do que ‘velho’; e não pode haver um regime antigo antes que haja um regime novo. [...] A primeira vez em que se utilizou a expressão *Antigo Regime* parece ter sido em 1788; quem o fez foi um nobre panfletário, ao pre-nunciar as glórias de um novo regime que haveria de erguer-se em torno dos Estados-Gerais” (William Doyle, *O Antigo Regime*, São Paulo, Ática, 1991, p. 9). A essa observação, deve-se acrescentar o fato de que o uso da expressão em estudos científico-acadêmicos cristalizou-se somente a partir de 1856, com a publicação da obra de Alexis de Tocqueville: *L’Ancien Régime et la Révolution Française* (Cf. *idem*, p. 20).

é da invenção: os lugares “Antigo-Moderno” e “Fortuna” ligam os tempos como “luz-treva” e “ascensão-declínio”, *respectivamente*. [...] *Não se periodiza em Petrarca*, em Vasari, pois em ambos operam *topoi* de invenção que, remontando à Roma imperial, republicana, nada positivam; “declínio” especifica “mediação” como roda das três artes do desenho, em que a separativa “Idade Média” ora une luzes ora as alterna: nos dois autores, trevas e baixos explicitam, como lugares, a luz perpétua. É o século XIX que, positivando “estilo”, corta os tempos, petrificando-os; o XX recorta os cortes ou efetua novos, polindo as fissuras, unindo os cheios, evolucionismos, formalismos. Periodizado, “Renascimento” é rótulo como outros, modernos. Como estes, estampa-se nos séculos XIX e XX apropriando-se de termos, o mais das vezes descritivos e valorativos<sup>14</sup>.

Já a ideia de “barroco”, como assinala João Adolfo Hansen, só foi formulada positivamente em 1888, por Heinrich Wölfflin, em sua obra *Renascimento e Barroco*, sendo tal noção concebida como uma “categoria neokantiana apriorística em um esquema ou morfologia de cinco pares de oposições de ‘clássico’ e ‘barroco’ aplicados dedutivamente para apresentar alguns estilos de algumas artes plásticas dos séculos XVI e XVII”<sup>15</sup>. Segundo Wölfflin, “clássico” é definido como “formal” e “barroco” implica uma suposta “informalidade”. Esse modelo dedutivo, proveniente da história da arte, é ainda hoje bastante frequente nos compêndios de história da literatura, classificando-se os textos conforme sua inserção em estilos de época que jamais existiram nos momentos (dificilmente exatos) de produção das obras. Dessa maneira, um dos principais critérios utilizados para qualificar os textos dos séculos XVI a XVIII é a maior ou menor presença da “tradição clássica”, outro rótulo criado no século XIX<sup>16</sup>: o “clássico” é o que mais se aproxima dessa tradição

14. Leon Kossovitch, “Contra a Ideia de Renascimento”, em Aduino Novaes (org.), *Artepensamento*, São Paulo, Companhia das Letras, 1994, p. 59.

15. João Adolfo Hansen, “Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas”, *Floema Especial – Ano II*, n. 2A, out. 2006, p. 16.

16. “Nada há mais clássico que ‘tradição clássica’; nada é mais tradicional que ‘classicismo’, que retém de ‘classe’ as acepções do superior, hierarquia explicitada em ‘primeira classe’. Os autores latinos, contudo, retêm em ‘tradição’ mais o doar que o transmitir ou o receber; nestas duas acepções, herdeiros presuntivos reivindicam um legado que, ao mesmo tempo, os autoriza a reivindicá-lo, em oposição à etimologia do termo, em que ‘do’, ‘dare’, o inflete no sentido do dom, da doação. Rótulo rodado no século XIX, como em artigos de Sainte-Beuve nos anos 1850, ‘tradição clássica’ elide, no obtuso de seu uso, o que em ‘classe’ é chamamento, até mesmo trombetaamento convocador, trom bélico que ainda enfuna velas na ordem naval

greco-latina; o “barroco”, pérola tosca e informe, dela se afasta; e o “neoclássico” a retoma. Particularmente, no que se refere às letras luso-brasileiras dos anos quinhentos, seiscentos e setecentos, é fundamental a seguinte observação de Ivan Teixeira:

O que se conhece hoje por “literatura colonial brasileira” é invenção do século XIX. Fundados na tradição da hermenêutica romântica, que procura homogeneizar o passado para ajustá-lo aos olhos do presente, os estudiosos do nascente Império brasileiro criaram aquela expressão para designar as letras produzidas no Brasil durante os séculos XVI, XVII e XVIII. Nesse processo de acomodação do passado aos interesses do presente, formulou-se um programa de desconsideração sistemática pelo conhecimento das normas específicas de produção textual de cada um dos períodos que, a partir do século XX, seriam respectivamente denominados de Classicismo, Barroco e Neoclassicismo/Arcadismo<sup>17</sup>.

Essa acomodação do passado aos interesses do presente também ocorre na historiografia literária portuguesa. Para citar um exemplo, Camões é considerado, de modo geral, o poeta “clássico” por excelência. *Os Lusíadas* seriam, então, a grande obra do “classicismo” português, entre outros motivos, pelo fato de essa epopeia lusitana retomar a “tradição clássica” da poesia épica greco-latina, em especial Homero e Virgílio. Todavia, esse procedimento retórico-poético de imitação (*mimesis, imitatio*) não é exclusivo do século XVI e muito menos de Camões; ele pauta as letras desde os autores antigos gregos e latinos até o século XVIII; ou seja, não há nada de especificamente “clássico” nele, pois os autores ditos “barrocos” produziram suas obras baseando-se igualmente nessa prática mimética. E, no caso da poesia lírica atribuída a Camões, denominá-la “clássica” parece algo ainda mais impreciso e anacrônico, devido à instabilidade do seu *corpus*. Como se sabe, desde fins do século XVI, a obra lírica (supostamente) camoniana sofreu

de combate. Assim, embora em ‘tradição’ insista ‘transmissão’, é menos a recepção do que a doação que se considera” (Leon Kossovitch, “Tradição Clássica”, *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, n. 5, mar. 2006, p. 15).

17. Ivan Teixeira, “Hermenêutica, Retórica e Poética nas Letras da América Portuguesa”, *Revista USP*, n.57, mar.-maio 2003, pp. 138-139.

diversos acréscimos e expurgos, sendo feitas muitas alterações de atribuição de autoria até chegar-se àquilo que se julga hoje “autenticamente” camoniano, com base em critérios e documentos que são ainda questionáveis. Mas, nos anos quinhentos, seiscentos e setecentos, o “Camões lírico” não era visto como um “autor original”, e sim como *auctoritas* da poesia lírica, ou seja, os poemas eram a ele atribuídos por serem dignos de imitação: eram modelos que deviam ser seguidos conforme uma apreciação retórico-poética, isto é, fundamentalmente técnica, sendo indiferente se tinham sido de fato compostos pelo homem empírico Camões.

Já na história da inexistente “literatura brasileira colonial”, costuma-se determinar o poema épico *Prosopopeia* (1601) de Bento Teixeira, mal lido ou nem sequer lido, como marco inicial do também inexistente “barroco”. Entretanto, Adma Muhana<sup>18</sup>, Marcello Moreira<sup>19</sup>, Guilherme Amaral Luz<sup>20</sup> e Jean Pierre Chauvin<sup>21</sup> fizeram importantes revisões críticas dessa epopeia luso-brasileira e mostraram que não se trata de obra “barroca”, nem de mero arremedo d’*Os Lusíadas*. Além disso, esses pesquisadores evidenciaram que não faltou a Bento Teixeira uma suposta “originalidade” romântica ou pós-romântica *avant la lettre*, pois na composição de sua *Prosopopeia* o poeta seguiu os preceitos retóricos e poéticos pertinentes ao seu tempo, fazendo uma imitação bem adequada ao gênero épico<sup>22</sup>.

Ainda no campo da poesia luso-brasileira seiscentista, a obra poética atribuída a Gregório de Matos também instiga a reflexão a respeito do emprego de termos anacrônicos como “subjetividade”, “originalidade”, “brasileiro”, “nacional” (ou “nacionalista”) e “nativista”. No que concerne a essa questão, são fundamentais os trabalhos de João Adolfo Hansen e Marcello

18. “O *Prosopopeia* de Bento Teixeira: Epopeia de Derrotas”, *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa – Imaginário: O Não-Espaço do Real*, Curitiba, 2003, pp. 14-19.
19. Marcello Moreira, “Louvor e História em *Prosopopeia*”, em Ivan Teixeira (org.), *Épicos*, São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008, pp. 95-117.
20. Guilherme Amaral Luz, “O Canto de Proteu ou a Corte na Colônia em *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira”, *Tempo*, vol. 13, n. 25, pp. 193-215, 2008.
21. Jean Pierre Chauvin, “Revisão de Bento Teixeira”, *Todas as Musas*, ano 10, n. 1, pp. 71-87, jul.-dez. 2018.
22. Cf. *idem*, p. 75.

Moreira. Assim, Hansen<sup>23</sup> demonstrou que tanto a poesia satírica atribuída a Gregório de Matos quanto a própria figura do poeta são, infundadamente, julgadas revolucionárias, transgressoras, libertinas. Isso porque tal sátira obedece aos preceitos retórico-poéticos e às convenções político-sociais que regulavam as práticas letradas da época. Já Moreira<sup>24</sup> apresentou uma relevante crítica à filologia lachmanniana<sup>25</sup>, questionando a tentativa de recuperar-se o “texto genuíno”, que representaria a vontade final do autor em fontes impressas e manuscritas dos Quinhentos, Seiscentos e Setecentos. Afora esses trabalhos, ambos os estudiosos publicaram, em parceria, a edição do *Códice Asensio-Cunha*, que consiste em uma das coleções manuscritas mais importantes e extensas de poemas que circularam na Bahia em fins do século XVII e na primeira metade do século XVIII, atribuídos a Gregório de Matos. Os quatro primeiros volumes da obra, de cuidadosa edição, são seguidos de um aprofundado estudo sobre “Letrados, Manuscritura, Retórica, Autoria, Obra e Público na Bahia dos Séculos XVII e XVIII”, que forma o quinto e último volume<sup>26</sup>. Dessa maneira, é importante destacar que, quanto à poesia atribuída a Gregório de Matos, os poemas circularam oralmente e em folhas volantes, sendo reunidos em diversos códices no final do século XVII e durante o século XVIII. A atribuição desses poemas a Gregório de Matos é apenas hipotética, funcionando tal nome como uma *auctoritas* da poesia lírica e, principalmente, satírica na Bahia seiscentista<sup>27</sup>.

Antônio Vieira é outra “autoridade” das letras luso-brasileiras do Seiscentos que é considerada, anacrônica e infundadamente, “barroca” por grande parte das histórias literárias portuguesas e brasileiras. O “barroco” em Vieira estaria, entre outras coisas, no seu estilo “conceptista” e nas contradições, “tipicamente barrocas”, presentes em seus textos (especialmente, em seus

23. João Adolfo Hansen, *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*, Cotia/Campinas, Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2004.

24. Marcello Moreira, *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*, São Paulo, Edusp, 2011.

25. A esse respeito, consulte-se Jerome McGann, *A Critique of Modern Textual Criticism*, Charlottesville/London, University Press of Virginia, 1992.

26. Gregório de Matos e Guerra, *Poemas Atribuídos: Códice Asensio-Cunha*, Edição e estudo de João Adolfo Hansen e Marcello Moreira, Belo Horizonte, Autêntica, 2013, 5 vols.

27. João Adolfo Hansen, “Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas”, pp. 42-43.

sermões). Porém, como mostrou Alcir Pécora, há uma “unidade teológico-retórico-política” no sermônario vieiriano. Esta unidade inviabiliza aquele anacronismo das presumidas “contradições barrocas”, porque, como explica o estudioso:

Para Vieira, a base articulatória de sentido e eficácia dos sermões é dada por sua impregnação do divino [...], por sua *sacramentalidade*. Nessa perspectiva, não apenas seria inócua considerar a qualidade de seus textos fora de sua propriedade retórico-política, como, ainda mais, não seria possível caracterizar corretamente uma e outra isentando-as de seu peso teológico e, com ele, de seu vetor teleológico<sup>28</sup>.

Nessa discussão acerca das práticas letradas portuguesas e luso-brasileiras dos séculos XVI a XVIII também está implicada a questão da nacionalidade dos poetas e de suas obras, mormente quando o foco se volta para a poesia produzida na Terra do Brasil. A esse respeito, é exemplar o caso de Manuel Botelho de Oliveira, poeta referido, muitas vezes, como o primeiro “autor brasileiro” a ter um livro impresso, com a publicação de sua *Música do Parnaso*. Todavia, como salienta Ivan Teixeira, deve-se ter cuidado ao considerar-se essa obra de Botelho de Oliveira – que foi publicada em Lisboa, em 1705 – “brasileira”. O poeta, embora tenha nascido no Estado do Brasil (mais especificamente, na Bahia), estudou em Coimbra e, como se pode verificar no frontispício de seu livro, era caracterizado como integrante da fidalguia portuguesa. Os poemas de *Música do Parnaso* foram escritos em quatro diferentes idiomas (português, castelhano, italiano e latim) e confundiam-se com seus modelos europeus. Enfim,

[...] redigida a partir de um ponto identificado como “América”, a dedicatória do livro [*Música do Parnaso*] destina-se à nobreza da casa de Bragança, representada em D. Pedro II (1683-1706), a quem o autor chama “nosso monarca”. Embora se considere “filho do Brasil”, o poeta – entendido sempre como sujeito da enunciação – pensava e escrevia como europeu, tendo composto apenas trinta por cento do seu livro em português, aproximadamente<sup>29</sup>.

28. Alcir Pécora, *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Política dos Sermões de Antonio Vieira*, Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp/Edusp, 2008, pp. 34-35.

29. Ivan Teixeira, “A Poesia Aguda do Engenhoso Fidalgo Manuel Botelho de Oliveira”, em Ma-

Para corroborar esse ponto de vista, pode-se evocar a análise retórico-poética que Adma Muhana fez de uma das mais conhecidas e debatidas composições da *Música do Parnaso*, a silva “À Ilha de Maré”, que foi considerada por muitos um poema “nativista brasileiro”. Como assinalado por Muhana, essa silva de Botelho de Oliveira segue, rigorosamente, os preceitos retórico-poéticos para tecer seu elogio à Ilha de Maré e compõe a imagem dessa ínsula da Bahia a partir de fontes poéticas como Marino e Camões, tornando-se difícil, portanto, sustentar uma visão “nativista” ou “nacionalista” acerca de tal composição<sup>30</sup>.

No que se refere à produção letrada da segunda metade do século XVIII na América Portuguesa, sua poesia é avaliada frequentemente, nas histórias da “literatura brasileira”, como “neoclássica” ou “arcade”; ou pior: em uma perspectiva teleológico-romântica, poetas setecentistas, como Tomás Antônio Gonzaga, são rotulados de “pré-românticos”, “pré-nacionalistas” e “formadores da literatura brasileira”. Ignoram-se, desse modo, as preceptivas retóricas e poéticas e o funcionamento político da poesia do Setecentos, devidamente examinados, por exemplo, no detalhado estudo de Ivan Teixeira<sup>31</sup>.

Assim, a história “literária” dos séculos XVI, XVII e XVIII – que se inventou, como autodeclarada criação original da modernidade, a partir de fins do século XIX – desconsidera especificidades fundamentais das letras desses tempos passados (que não são românticos, pré-modernistas ou modernistas). Como ressalta Hans Robert Jauss em *Tradição Literária e Consciência Atual da Modernidade*, a criação do substantivo “modernidade” (*modernité*) é recente, remontando à obra *Mémoires d’Outre-Tombe* (1849), de Chateaubriand. Esse termo foi consagrado como a palavra de ordem de uma nova estética por Baudelaire em seu célebre *Le Peintre de la Vie Moderne*, de 1863. Entretanto, ao longo de toda a história atualmente dita “literária” (isto é, desde os gregos antigos), sempre houve registros de disputas ou querelas

Manuel Botelho de Oliveira, *Música do Parnaso*, Edição fac-similar [1705], Organização e estudo crítico de Ivan Teixeira, Cotia, Ateliê Editorial, 2005, p. 13.

30. Adma Muhana, “Introdução”, em Manuel Botelho de Oliveira, *Poesia Completa: Música do Parnasso, Lira Sacra*, Introdução, organização e fixação de texto por Adma Muhana, São Paulo, Martins Fontes, 2005, pp. LXXVIII-LXXIX.

31. Ivan Teixeira, *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*, São Paulo, Edusp, 1999.

entre os “modernos” e os “antigos”. Esses registros evidenciam, em última instância, “o caráter ilusório da pretensão do conceito de modernidade de que o tempo, a geração ou a época presentes representariam o novo, por direito próprio, e, desse modo, o progresso com relação ao passado”<sup>32</sup>. Para exemplificar tais disputas constantes no decorrer da história letrada, podem ser referidos o embate entre *antiguos y modernos* na Espanha do século XVI, analisado por José Antonio Maravall<sup>33</sup>, e a *querelle des anciens et des modernes*, a querela dos antigos e modernos, nas letras francesas dos séculos XVII e XVIII, estudada, entre outros pesquisadores, por Marc Fumaroli<sup>34</sup>. É preciso ressaltar, porém, que a contenda entre antigos e modernos adquiriu, desde meados do século XIX, um caráter distinto, o qual Jacques Le Goff resume da seguinte maneira:

Com base na herança histórica da querela entre antigos e modernos, a Revolução Industrial vai mudar radicalmente os termos da oposição no par antigo/moderno, na segunda metade do século XIX e no século XX. Aparecem três novos polos de evolução e de conflito: na passagem do século XIX para o XX, movimentos de ordem literária, artística e religiosa outorgam-se ou são rotulados de “modernismo” [...]. Para concluir, no seio da aceleração da história, na área cultural ocidental, simultaneamente por arrastamento e reação, aparece um novo conceito, que se impõe no campo da criação estética, da mentalidade e dos costumes: a “modernidade”<sup>35</sup>.

O início da modernidade literária, como já se mencionou, costuma ser associado aos escritos de Baudelaire. E a ruptura seria a grande marca dessa “nova” literatura. Nesse sentido, por exemplo, Walter Benjamin, em seu texto “Paris, Capital do Século XIX”, tomou as *Fleurs du Mal* (1857) baudelairianas como referência básica para a compreensão da modernidade e vinculou

32. Hans Robert Jauss, “Tradição Literária e Consciência Atual da Modernidade”, em Heidrun Krieger Olinto (org.), *Histórias de Literatura: As Novas Teorias Alemãs*, São Paulo, Ática, 1996, p. 48.

33. José Antonio Maravall, *Antiguos y Modernos: La Idea de Progreso en el Desarrollo Inicial de una Sociedad*, Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1966.

34. Marc Fumaroli, “Les Abeilles et les Araignées”, em *La Querelle des Anciens et des Modernes (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> Siècles)*, Édition établie et annotée par Anne-Marie Lecoq, Postface de Jean-Robert Armogathe, Paris, Gallimard, 2001, pp. 7-220.

35. Jacques Le Goff, *História e Memória*, 7. ed. revista, Campinas, Editora da Unicamp, 2013.

o moderno ao “novo”, sendo este último entendido como ruptura com o passado. Essa modernidade, que atribui a si mesma o rompimento abrupto com tudo o que a precedeu, culminará, em fins do século XIX e começo do XX, nos vários “ismos” artísticos e literários, atingindo seu ápice com os modernismos. Dessa forma, a história da literatura se constrói, teleologicamente, como progresso que se dá de descontinuidade em descontinuidade, inventando um passado composto de estágios necessários para a absoluta e perfeita novidade do presente (moderno, pós-moderno ou contemporâneo). Desconsidera-se, portanto, a historicidade da história literária, desprezando-se o fato de a ruptura da continuidade do tempo e o progresso serem noções determinadas historicamente. Contudo, como sugere Koselleck, o tempo, à semelhança das rochas, é formado de estratos:

Os “estratos do tempo” [...] remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente. Graças aos “estratos do tempo” podemos reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos<sup>36</sup>.

As descontinuidades não elidem as continuidades do tempo que permanecem como estratos. De acordo com Leon Kossovitch, a descontinuidade tem um papel importante na história moderna da arte. Em primeiro lugar, porque essa noção está ligada à história dos estilos tal como estabelecida no século XIX para delimitar unidades sucedendo-se no tempo – o bizantino, o românico, o gótico, o clássico, o barroco –, que aparecem como resultados de um corte taxionômico. Associada ao manejo dessas entidades sucessivas, a concepção de descontinuidade é, no entanto, refratária a um pensamento histórico que leve em conta a progressividade, seja ela cumulativa ou dialética. Consequentemente, pode-se afirmar, em segundo lugar, que a descontinuidade assegura a definição de identidades impermeáveis e irreversíveis. Sendo estranha às considerações de valor ou às orientações teleológicas, tal

36. Reinhart Koselleck, *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*, Tradução de Markus Hediger, Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2014, p. 9.

descontinuidade é um instrumento necessário para o estabelecimento de positivities recortadas no tempo. Esse pensamento classificador não se interroga sobre o estilo enquanto conceito histórico. Transparente, a descontinuidade se afirma como externa à história, entrando assim no confortável domínio das noções instrumentais<sup>37</sup>.

Não por acaso, no *Vocabulário Português e Latino* de Bluteau (publicado entre 1712 e 1728), não se encontra referência ao vocábulo “descontinuidade”<sup>38</sup>, mas somente à “continuidade”, definida como um termo da física que designa “a união e conexão das partes de qualquer corpo”; termo esse que deriva da palavra latina *continuitas*, empregada por Plínio, o Velho, em sua *Naturalis Historia*<sup>39</sup>. No campo das letras, a ruptura e a descontinuidade absolutas em relação ao passado são criações das histórias literárias oitocentistas e novecentistas, que desmembram, periodizam e classificam as partes do corpo do tempo. Pelo contrário, até o século XVIII, sobressaem as continuidades do tempo: Homero, Aristóteles, Cícero e Virgílio, por exemplo, embora “antigos”, permanecem no Quinhentos, no Seiscentos e no Setecentos como estratos contemporâneos dessas letras “modernas”. Não há descontinuidades abruptas entre o século XVI e o XVII ou entre o XVII e o XVIII, mas apenas

37. “La discontinuité joue un rôle important dans l’histoire moderne de l’art. La première raison en est que cette notion est liée à l’histoire des styles telle que celle-ci s’est établie au XIX<sup>e</sup> siècle pour délimiter des unités se succédant dans le temps – le byzantin, le roman, le gothique, le classique, le baroque – qui apparaissent comme les résultats d’un découpage taxinomique. Associée au maniement de ces entités successives, la notion de discontinuité est cependant réfractaire à une pensée historienne qui prendrait en compte la progressivité, qu’elle soit cumulative ou dialectique. On peut donc dire, deuxièmement, que la discontinuité assure la définition d’identités étanches et irréversibles. Étrangère aux considérations de valeur ou aux orientations téléologiques, la discontinuité est un instrument nécessaire à l’établissement des positivités et à leur découpage. Cette pensée classificatrice ne s’interroge pas sur le style en tant que concept historique. Transparente, la discontinuité s’affirme comme extérieure à l’histoire, entrant ainsi dans le domaine confortable des notions instrumentales” (Leon Kossovitch, “La Discontinuité et l’Histoire de l’Art”, em Jean Galard (org.), *Ruptures: De la Discontinuité dans la Vie Artistique*, Paris, École Nationale Supérieure des Beaux-Arts/Musée du Louvre, 2002, p. 303).

38. Consoante o *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, os primeiros registros da palavra “descontinuidade” datam de 1868 (Antônio Houaiss & Mauro de Salles Villar, *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Objetiva, 2009, p. 637).

39. Raphael Bluteau, *Vocabulário Portuguez, & Latino*, vol. 2, Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712, p. 501.

naturais diferenças na recepção das continuidades temporais por serem diversas as contexturas. Para exemplificar uma dessas diferenças, que não são descontinuidades ou rupturas, vale lembrar a noção de agudeza, a qual se destaca nas preceptivas retóricas e poéticas seiscentistas. Esse termo – que é fundamental para discutir, em particular, a poesia dos anos seiscentos, como bem demonstrou Maria do Socorro Fernandes de Carvalho<sup>40</sup> – foi definido e debatido em tratados retóricos e poéticos do século XVII, tais como *Delle Acutezze* de Matteo Peregrini, *Agudeza y Arte de Ingenio* de Baltasar Gracián e *Il Cannocchiale Aristotelico* de Emanuele Tesauro. Todavia, isso não significa que a aguda poesia seiscentista descontinuou a quinhentista, rompendo com tudo o que foi feito no século XVI, pois os poemas de um ou de outro século eram compostos de acordo com semelhantes preceptivas e modelos poéticos e retóricos. Portanto, na Terra do Brasil, não se deixou de ser “clássico” (aliás, nunca se foi) em 1600 para tornar-se “barroco” em 1601 e “neoclássico/árcade” em 1768.

Enfim, as descontinuidades e o progresso das letras são invenções (não retóricas) da literatura e de sua história; são criações da modernidade literária que outorga a si mesma a perfeita e acabada novidade. Ruptura (que se quer absoluta) com o passado, a história literária desfaz as continuidades das letras a fim de que, sendo o tempo apreendido como progresso, o passado sirva como uma série unificada de etapas para a “formação” (*Bildung*) da literatura enquanto presumida etapa superior e final. Visão teleológica das práticas letradas, a formação da literatura apaga as continuidades e, paradoxalmente, interpreta e avalia as diversas contexturas temporais progressas criando períodos anacrônicos, como se esses variados tempos fossem reflexos ou prenúncios do presente e indícios de um suposto futuro melhor. As particularidades do passado que não condizem com o presente são, assim, incompreendidas e excluídas por não refletirem nem anunciarem o que hoje se julga, ao sabor do gosto literário, bom ou útil. Mas as continuidades das letras restam como ruínas ou como estratos do tempo, que aparecem quando se escava a literatura – também ela ruína em um presumível futuro.

40. Maria do Socorro Fernandes de Carvalho, *Poesia de Agudeza em Portugal: Estudo Retórico da Poesia Lírica e Satírica Escrita em Portugal no Século XVII*, São Paulo, Humanitas/Edusp/Fapesp, 2007.

TERRA DO BRASIL

A palavra *Brasil* intitula discursos e repercute interesses variados, desde o discutível “achamento” de terras no continente americano. Entre os séculos XVI e XVIII, à discussão sobre os *studia humanitatis* e às práticas letradas na “América Portuguesa” (assim chamada somente no início do Setecentos), somam-se os diferentes nomes que o território, mais alheio do que próprio, recebeu.

Fixada a data de “descobrimento” em 22 de abril de 1500, quando a esquadra capitaneada por Pedro Álvares Cabral avistou terra – “Neste dia, a horas de véspera, houve vista de terra! Primeiramente dum grande monte, mui alto e redondo; e doutras serras mais baixas ao sul dele; e de terra chã, com grandes arvoredos; ao monte alto o capitão pôs nome – o Monte Pascoal e à terra – a Terra da Vera Cruz”<sup>41</sup> –, os portugueses estimaram a extensão do lugar, encimado por um elevado monte e cercado de serras, em “vinte ou vinte e cinco léguas por Costa”<sup>42</sup>. Entretanto, ao datar e assinar a carta, dias depois, Caminha identificou o lugar de modo mais específico, supondo ser um território cercado por água em profusão: “Beijo as mãos de Vossa Alteza. Deste Porto Seguro, da vossa Ilha da Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro dia de Maio de 1500”<sup>43</sup>.

Hoje se sabe que ao chegarem a estas plagas, os portugueses aplicaram diversos procedimentos similares aos que haviam empreendido ao longo do século XV, quando lotearam muitas partes do continente africano e, contornando-o, à altura do então chamado Cabo das Tormentas (depois, Cabo da Boa Esperança, como reforça o nome dado a *Cape Town*, na costa da África do Sul), chegaram a Calicute, na Índia, com a armada conduzida por Vasco da Gama. Lembre-se, com Fernando Novais, que:

A expansão ultramarina e a colonização do Novo Mundo constituem de fato um dos traços marcantes da história dos séculos XVI a XVIII. Contemporaneamente, as-

41. Pero Vaz de Caminha *apud* Jaime Cortesão, *A “Carta” de Pero Vaz de Caminha*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994, p. 157.

42. *Idem*, p. 173.

43. *Idem*, p. 174.

siste-se ao predomínio das formas políticas do absolutismo, no plano político, e, no social, a persistência da sociedade estamental, fundada nos privilégios jurídicos, como elemento diferenciador<sup>44</sup>.

Tanto ao longo da costa da África quanto no Sul da Índia, os lusitanos levantaram enormes cruzeiras feitas com madeira local<sup>45</sup>, como revelaram vários historiadores, a exemplo de Manuel Nunes Dias, para quem “a conquista do Atlântico afro-americano representa, tanto no campo material como no campo intelectual, as tendências europeias de universalização”<sup>46</sup>. O mesmo aconteceu em Porto Seguro, vila que integraria a futura capitania da Bahia (que assinalava o primeiro ponto de chegada e, também, de parada). Lugar ameno, repleto de água e demais mantimentos, possivelmente atribuídos à onipotência e excelsa vontade de Deus, tão onipresente e distante quanto a Coroa Portuguesa. Em termos menos metafísicos e mais pragmáticos, o padrão orientaria as futuras expedições da Península Ibérica em direção ao continente.

Durante os primeiros 25 anos que sucederam à “descoberta”, o que fora *Terra* ou *Ilha* da Vera Cruz recebeu o nome genérico de *Brasil*, em referência à extração inicial, praticamente exclusiva, de árvores da espécie pau-brasil (*brasil* derivaria de *brasa*, devido à coloração rosada do miolo dos troncos) – madeira de lei, utilizada em construções e, também, para o tingimento de tecidos<sup>47</sup>. A denominação “Terra do Brasil” consta inicialmente de um

44. Fernando Novais, *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)*, 4. ed., São Paulo, Brasiliense, 1986, p. 21.

45. “A experiência portuguesa com a escravidão precedeu a ocupação do Brasil. A escravidão era uma instituição antiga na Península Ibérica, onde a fronteira militar e cultural entre a Cristandade e o Islã favoreceu sua permanência, enquanto, ao norte da Europa, a escravidão já havia dado lugar a outras formas de trabalho compulsório. Por volta de 1450, ocasionais viagens portuguesas de exploração e comércio com a África já retornavam com escravos, e, ao redor de 1480, já havia sido estabelecido um comércio permanente de escravos em vários pontos da costa ocidental da África” (Russel R. Menard & Stuart B. Schwartz, “Por que a Escravidão Africana? A Transição da Força de Trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Norte”, em Tamás Szmrecsányi (org.), *História Econômica do Período Colonial*, 2. ed., São Paulo, Hucitec/ABRHE/Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 8).

46. Manuel Nunes Dias, *Descobrimto do Brasil (Processo Conjuntural de Longa Duração)*, 2. ed., Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000, p. 151.

47. “O manuscrito 480 da Biblioteca Pública do Porto, do início do século XVI, é a única cópia

manuscrito redigido em 1511<sup>48</sup>. Essa é uma das primeiras provas materiais de que se tem notícia sobre o nome associado ao território – embora os contornos ainda não estivessem configurados como são hoje conhecidos. Já em 1528, Diogo Leite faz referência ao Brasil em carta enviada ao rei português D. João II.

Entre 1525 e 1530, informada sobre ataques de corsários espanhóis e franceses a embarcações portuguesas em alto-mar, ou em seu embarque e desembarque nos portos rudimentares da costa, a Coroa passou a enviar expedições regulares para supervisão dos territórios, que começavam a alargar as 25 léguas registradas por Caminha. Há notícia de um manuscrito do navegador Pero Lopes de Sousa, que diz ter contornado a “costa do Brasil”, em 1530. Também em 1530 e em 1532, D. João III referia-se à “Terra do Brasil”, em cartas enviadas ao donatário Martim Afonso de Souza<sup>49</sup>. O rei faria o mesmo em missivas enviadas ao Conde de Castanheira em 1533, e em 1534, na *Carta de Doação* da capitania de Pernambuco a Duarte Coelho.

As menções ao “Brasil” e suas variantes são numerosas e circularam em cartas dos jesuítas (como José de Anchieta), nas décadas de 1560 e 1570; correspondências de governadores e capitães-gerais; além de tratados (como o de Pero de Magalhães de Gândavo, na década de 1570) etc. Outra prova mate-

conhecida de um relato que se acredita ter sido escrito a bordo durante a primeira viagem marítima de Vasco da Gama à Índia. O texto original, que foi perdido, é muitas vezes atribuído a Álvaro Velho, que acompanhou Vasco da Gama à Índia em 1497-1499, mas que não voltou para Portugal com a expedição, permanecendo por oito anos (1499-1507) em Gâmbia e Guiné. Com uma letra de mão diferente, novos títulos foram adicionados, como *Relação do descobrimento da Índia por Vasco da Gama*, na folha de guarda inicial e *Descobrimto da Índia por Vasco da Gama*, na folha 1. O manuscrito permaneceu durante séculos nas coleções do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra. Em 1834 foi transferido para a Biblioteca Pública Municipal do Porto. À p. 93 desse manuscrito, no terceiro parágrafo, falando de ‘Tenacar’, disse Alvaro Velho: *nesta trra hamto brasyll*.” (Nelson Papavero, *Menções ao “Pau-Brasil” do Velho e do Novo Mundos em Fontes Portuguesas dos Séculos XV, XVI e XVII*, São Paulo, Nehilp-FFLCH-USP, 2019, p. 11).

48. Referimo-nos ao “Roteiro de Duarte Fernandes ou Llyuro da náoo bertoa quevay para a terra do brazyll de que som armadores bertolameu marchone e benedito morelle efernãde Noronha e francisco mjz que partio deste porto de lix.a a xxij de feureiro de 511, descoberto por Francisco Adolpho de Varnhagen na Torre do Tombo, em Lisboa” (*idem, ibidem*).

49. “Varnhagen (1839) transcreveu três cartas escritas por D. João III de Portugal, a 30 de junho de 1530, outorgando poderes a Martim Afonso de Souza, em que aparece Terra do brasill” (*idem*, p. 13).

rial da circulação do nome atribuído ao território está nas primeiras moedas cunhadas em meados do século XVII, durante a chamada invasão holandesa<sup>50</sup>.

A partir da década de 1530, as viagens mais constantes dos portugueses com destino à nova terra trouxeram levadas de missionários e colonizadores ao território, que passaram a construir feitorias, com o fim de armazenar madeira, auxiliar na fiscalização e proteger as mercadorias extraídas. A partir de 1534, as feitorias foram substituídas pelo primeiro ensaio para configuração administrativa do Brasil, que fatiou o território em quinze capitanias (hereditárias ou donatárias), governadas por doze homens de poder e posses, enviados pela Coroa. Dessas, apenas quatro conseguiram se sustentar com relativo êxito: Pernambuco, Bahia, São Vicente e Rio de Janeiro<sup>51</sup>.

Em suma, é fundamental ressaltar que a colonização da Terra do Brasil não ocorreu imediatamente após a chegada dos portugueses, em 1500. Apenas com a expedição de Martim Afonso de Sousa, entre 1530 e 1533, os portugueses passaram a explorar e a colonizar, efetivamente, suas terras americanas. Como se sabe, em 1532 teve início a ocupação portuguesa da costa litorânea e D. João III estabeleceu o já mencionado regime de capitanias hereditárias, implantado, de fato, a partir de 1534. Recorde-se ainda que, entre 1549-1553, o primeiro governador-geral, Tomé de Sousa, não veio sozinho para a América, mas acompanhado da primeira missão jesuítica, comandada pelo padre Manuel da Nóbrega.

Entre meados do século XVI e o início do século XVII, o Brasil passou a ser identificado ora no plural (dada a dispersão dos primeiros colonizadores e missionários jesuítas pelos territórios fragmentados do grande território), ora no singular. Na correspondência ativa e passiva de José de Anchieta, há

50. “Durante o período conhecido como Invasão ou Domínio Holandês (1630-1654), o Brasil viu seu nome impresso pela primeira vez em uma moeda: o Ducado do Brasil (popularmente chamado de Florim do Brasil). A criação da moeda atendeu à necessidade de mais unidades monetárias em circulação e foram cunhadas a pedido do Conde Johan Morits van Nassau-Siegen. Feitas de ouro e possuindo formato quadrado, três tipos de moedas foram criados nos anos de 1645 e 1646 na cidade de Recife, então chamada de Mauritsstadt (Cidade Maurícia) e sede da Companhia Privilegiada das Índias Ocidentais (*Geotroyeerde Westindische Compagnie*) no Brasil” (*idem*, p. 78).

51. *História Administrativa do Brasil*, de Max Fleuiss (2. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1925), continua sendo obra fundamental para estudos sobre esse tema.

constantes referências às “terras do Brasil” e aos “brasis”, identificados como nativos do lugar. Essa denominação coexistia com as formas no singular, que atribuíam unidade política, administrativa e religiosa à terra – como sugerem os tratados de Pero de Magalhães de Gândavo, *História da Província de Santa Cruz a que Vulgarmente Chamamos Brasil* (1576); o *Tratado Descritivo do Brasil e Descrição Verdadeira de Todo o Estado Pertencente à Coroa de Portugal, da Fertilidade dessa Província, de Todas as Aves, Animais, Peixes, Bichos, Plantas, que nelas Há, e dos Costumes dos seus Naturais* (1587), de Gabriel Soares de Sousa; e a *História do Brasil (1500-1627)*, de Frei Vicente do Salvador.

Nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (redigidos entre 1583 e 1601), de Fernão Cardim; nos documentos administrativos enviados pela Coroa; nas cartas e sermões de Antônio Vieira etc., o nome próprio *Brasil* harmonizava a pretensão política e mística de unidade territorial com a divisão administrativa do território em “partes” – posse(s), por direito divino, do reino português. Esses modos de conceber os domínios de Portugal na América coexistiram aproximadamente entre 1549 – quando se instalou o governo-geral na capitania da Bahia com Tomé de Sousa, que trazia o primeiro regimento-geral, instituindo-se assim o “Estado do Brasil” – e 1572, quando o território foi dividido entre Norte e Sul<sup>52</sup>.

Com essa divisão – e estando já estabelecido na Bahia, desde 1549, o Estado do Brasil (correspondente ao Sul) –, nomeou-se, em 1621, a maior parte da região norte como “Estado do Maranhão”, sediado em São Luís. Em 1654, a nova unidade setentrional da América Portuguesa foi renomeada “Estado do Maranhão e Grão-Pará” e, em 1751, “Estado do Grão-Pará e Maranhão”, transferindo-se seu centro de poder para Belém<sup>53</sup>. Pelo menos até o fim do século XVIII, coexistiram os Estados do Brasil e do Grão-Pará e Maranhão. A

52. “Em 1572, o Brasil foi dividido em dois governos gerais: Luís Brito de Almeida foi nomeado como governador das capitanias do Norte, enquanto as capitanias do Sul foram delegadas a Antônio de Salema. Esta tentativa de criação de dois polos de colonização, fundados em duas cidades-capitais fracassou – sendo que, já em 1577, a monarquia resolvia pela reunificação do governo geral” (Pedro Puntoni, *O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial (1548-1700)*, São Paulo, Alameda, 2013, pp. 70-71).

53. Cf. Jacqueline Hermann, “Cenário do Encontro de Povos: A Construção do Território”, em *Brasil: 500 Anos de Povoamento*, Rio de Janeiro, IBGE, 2007, pp. 17-34.

efetiva unificação desses dois Estados só seria concretizada entre 1763 (promulgação do vice-reinado do Estado Brasil e transferência da capital do vice-reinado para o Rio de Janeiro) e 1808, com a fuga da Corte lisboeta para o Estado do Brasil, sendo uma parte dela alocada primeiramente em Salvador e outra no Rio de Janeiro. No século XVIII, a divisão do território português em dois Estados, compreendendo as regiões Norte e Sul, combinou-se a um novo modo de identificação. Francisco José Calazans Falcon lembra que, entre os séculos XVI e XIII,

A estrutura dessa administração compreendia numerosos órgãos e instâncias, divididos, grosso modo, entre “metropolitanos” e “coloniais”. Estes últimos, por sua vez, aglutinavam-se em função de dois princípios: a natureza das suas funções e o nível geopolítico, ou hierárquico, da sua localização no espaço colonial. As divisões funcionais correspondiam a esferas de poder e administração semelhantes àquelas existentes na Metrópole: Governo civil e militar; Fazenda real e fisco; Justiça régia; Religião. A subdivisões espaciais, ou geopolíticas, verticalmente hierarquizadas, correspondiam a três níveis principais: superior, ou “central”, sob a chefia do vice-rei e governador-geral; intermediário, ou “regional”, dos governadores capitães-generais das capitânias; local, ou municipal, correspondente às cidades e vilas<sup>54</sup>.

Deve-se a Sebastião da Rocha Pita, o Acadêmico Vago da Academia dos Esquecidos, a consolidação de uma nova denominação daquelas partes, na sua *História da América Portuguesa*, publicada em 1730<sup>55</sup>. É curioso que, embora se pautasse pela busca da verdade e afirmasse sinceridade, graças a Deus e aos interesses da Coroa, o manual vinha acompanhado de numerosas notas que aludiam a depoimentos nem sempre testemunhados ou recolhi-

54. Francisco José Calazans Falcon, *Estudos de Teoria da História e Historiografia*, vol. III – *História Luso-Brasileira*, São Paulo, Hucitec, 2017, p. 132.

55. As discussões tematizadas pela Academia Brasileira dos Esquecidos reproduziam parcialmente o debate iniciado em Portugal, anos antes. Como percebeu Iris Kantor, “Reunidas na Academia Real de História Portuguesa, as elites dirigentes eclesiásticas e seculares enfrentaram o desafio de construir um discurso oficial de defesa da nacionalidade portuguesa perante os demais Estados europeus. As discussões aí travadas nos permitem compreender as clivagens e os modos de apropriação seletiva da ‘querela entre antigos e modernos’ nessa quadra histórica de crise de consciência europeia (1680-1715), conforme problematizou Paul Hazard” (Iris Kantor, *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*, São Paulo/Salvador, Hucitec/UFBA, 2004, p. 70).

dos pelo próprio historiador, nascido na capitania da Bahia. Mais interessante ainda seria reparar que, a despeito das muitas imprecisões que faziam do livro um anedotário sobre figuras míticas (a exemplo dos feitos atribuídos a Diogo Álvares Correa, o Caramuru, que teria chegado ao Recôncavo baiano em 1510), o manual de Rocha Pita não só foi resgatado, mas celebrado como primeiro livro de *História do Brasil* pelos egrégios membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Na esteira das pesquisas realizadas por Lucia Maria Paschoal Guimarães<sup>56</sup>, Lília Moritz Schwarcz<sup>57</sup>, Ana Beatriz Demarchi Barel<sup>58</sup> e Bernardo Ricupero<sup>59</sup>, Ciro Flávio Bandeira de Melo sintetiza o papel de uma das figuras mais representativas do IHGB:

Desde o primeiro momento da fundação do Instituto, Januário da Cunha Barbosa estava ciente de sua missão construtora de uma “ordem” interna de tratamento da história brasileira, coerente com as linhas políticas dominantes do Império, que vinha superando tantos movimentos descentralizadores e/ou desagregadores da unidade territorial do país. No primeiro relatório anual do “Secretário Perpétuo”, relativo ao exercício de 1839, fica clara a função de gendarme da memória, a qual o Instituto buscava moldar, para construir uma História do Brasil, como a que se pretendia divulgar<sup>60</sup>.

Com as benesses da *intelligentsia* nobiliárquica e escravista brasileira e o franco incentivo do nacionalismo absolutista, por isso mesmo “moderador”, cunhado por Pedro II, as cartas, tratados, sermões e poemas que circularam entre o século XVI e o início do século XIX passaram pelo crivo do projeto nacionalista<sup>61</sup> brasileiro, segundo o lugar-comum repetido em praticamente

56. Lucia Maria Paschoal Guimarães, *Debaixo da Imediata Proteção Imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*, 2. ed., São Paulo, Annablume, 2011.

57. Lília Moritz Schwarcz, *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*, 2. ed., 2. reimp., São Paulo, Companhia das Letras, 1999.

58. Ana Beatriz Demarchi Barel, *Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional*, São Paulo, Annablume, 2002.

59. Bernardo Ricupero, *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*, São Paulo, Martins Fontes, 2004.

60. Ciro Flávio de Castro Bandeira de Melo, *Senhores da História e do Esquecimento: A Construção do Brasil em Dois Manuais Didáticos de História na Segunda Metade do Século XIX*, Belo Horizonte, Argumentum, 2008, p. 39.

61. Em *Noções de História da Literatura Brasileira*, Afrânio Peixoto avaliou: “Representa a originalidade José Basílio da Gama (1740-85), culto e inspirado; fez um poema, sobre medíocre

todos os manuais de história geral (do Brasil) de que, com a vinda da Corte Real (1807-1808), a abertura dos portos às “nações amigas” (em 1808 e 1810), a elevação do Brasil a reino em 1815 e a proclamação da Independência, também por severa pressão inglesa<sup>62</sup>, em 1822, o país passava de colônia a nação.

O Brasil, “florão da América”, enfeitava os jornais com anúncios sobre a compra, venda e recaptura de escravos, a disputar liberdade, algum direito de sobrevivência e espaço físico com a fina arte de médicos e bacharéis em direito, que, negando regras e modelos (como bradava Victor Hugo), mas repletos de convenções, difundiam poemas e romances com temática indianista. Além deles, havia os médios e grandes comerciantes que, sob rótulos tão enganosos quanto criativos, prometiam curas milagrosas com pílulas, xaropes e emplastos.

Com o advento do Romantismo brasileiro, a mitologia greco-latina seria substituída pela mitificação tupiniquim sugerida por Ferdinand Denis e Almeida Garret em 1826 (e reproduzida, com maior alarde e clangor, nos dois números parisienses da *Revista Niterói*, publicada por Gonçalves de Magalhães e Araújo Porto Alegre em 1836). A novíssima “nação” Brasil tentou compensar o tempo a-histórico com narrativas fictícias em verso e prosa. Isso também aconteceu nos primeiros livros de *História Geral* e *História do Brasil*, que reinventaram o passado, dito colonial, e reconfiguraram a Regência de D. João VI e o Império dos Pedros, Primeiro e Segundo. As “fases” do Império foram descritas como marcos históricos que legitimavam a independência do “povo”, entre o exotismo relativamente comportado dos índios (já aculturados pela religião e explorados pelo latifúndio) e a sapiência de homens letrados. Bacharéis, senadores, deputados, duques e barões mantinham um pé no século XVIII e outro no XIX. As chamadas elites osci-

assunto, *O Uruguay*, em versos brancos, comedido de extensão, de notas anti-jesuíticas, de acentuado nativismo, embora endereçado a *Arcadia Romana*” (Afrânio Peixoto, *Noções de História da Literatura Brasileira*, Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931, pp. 119-120).

62. A esse respeito, consultem-se: Alan K. Manchester, *Preeminência Inglesa no Brasil*, Tradução de Janaína Amado, São Paulo, Brasiliense, 1973; Nelson Werneck Sodré, *As Razões da Independência*, 2. ed., Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969; e H. E. S. Fisher, *De Methuen a Pombal: O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*, Tradução de Joaquim Duarte Peixoto, Lisboa, Gradiva, 2000.

lavam entre o deslumbramento com a França e o apagamento de Portugal da história brasílica<sup>63</sup>.

Desde então, o Brasil conteria laivos “nativistas”, quando não “nacionalistas”, latentes ou em germe, embalado por desejos emancipatórios, supostamente demonstrados na *Carta* (1500) de Caminha, na “Carta Anua” (1626) de Vieira ou no *Caramuru* (1781) de Santa Rita Durão. No âmbito da cultura supostamente letrada, passava-se a se utilizar o termo “literatura” (em lugar de letras), o conceito de autoria, o critério de originalidade e as supostas virtudes de autenticidade autoral, fidelidade aos fatos e verdade documental, indistintamente para todas as práticas letradas, compostas sob o influxo da natureza pródiga, do rei virtuoso e do Deus justo, desde o século XVI.

Uma parcela considerável desses historiadores e ensaístas lograva enxergar dotes literários (em maior ou menor proporção) em textos que, hoje, talvez soem áridos e desinteressantes – como as descrições da fauna e da flora brasílica, os regimentos, alvarás, forais e outras peças administrativas (embasadas nas *Ordenações* Afonsinas, Manuelinas ou Filipinas), forjadas pela Coroa; as correspondências entre ministros da Coroa, capitães-gerais, conselheiros da Coroa e padres; os poemas narrativo-descritivos a que “faltariam” originalidade, colorido e viço por imitarem Virgílio ou Camões. O critério decisivo era o “lugar” de nascimento, como justificava Januário da Cunha Barbosa, em seu *Parnaso Brasileiro ou Coleção das Melhores Poesias dos Poetas do Brasil*, publicado entre 1829 e 1832. Sobre os critérios e a disposição da antologia de Cunha Barbosa, Valdei Lopes de Araújo observa que:

A forma e os procedimentos utilizados deixam pouco a dever às coleções de História Natural empreendidas por viajantes e naturalistas, em que os espécimes eram coletados e incluídos nas grades taxonômicas. A aparente desordem em que os poemas são reunidos e publicados esconde a certeza de estarem já classificados enquanto pertencentes à literatura nacional do Brasil, e em outro nível, avaliados e identificados pelo critério universal do gosto e pelos tipos da arte retórica<sup>64</sup>.

63. Vejam-se as reflexões de Evaldo Cabral de Mello sobre a fabricação da nacionalidade brasileira nos ensaios de *Um Imenso Portugal: História e Historiografia*, São Paulo, Editora 34, 2002.

64. Valdei Lopes de Araújo, *A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*, São Paulo, Aderaldo & Rotschild, 2008, p. 108.

Naquele tempo, e ainda hoje, havia (há) quem se esquecesse (esqueça), por distração ou projeto, que os reis, os tratadistas, os historiadores, os padres, os juízes recorriam a modos e modelos, ao escrever. Em um livro que abalou alguns dogmas reproduzidos nas instituições de ensino superior do Brasil, Abel Barros Baptista alertava sobre o fato de que:

A fortuna crítica do Romantismo brasileiro é por isso inseparável de um monte de equívocos e impasses. O primeiro destes é conhecido: se, por um lado, a construção do novo só podia visar o nacional brasileiro com repúdio do estrangeiro ou indiferente, por outro, o culto do local diminuiria a nova literatura pela restrição do âmbito temático: como se a condição para ser própria e nacional implicasse por força uma mutilação<sup>65</sup>.

Uma parcela considerável dos pesquisadores não atribui relevo ou interesse ao fato de que os poetas emulavam *auctoritates* que os precederam; que eles emprestavam e aplicavam artifícios decorosos, em acordo com as regras comuns ao gênero (por exemplo, na epopeia), elencadas por Aristóteles, Horácio e Longino – integral ou parcialmente reproduzidas por Ignácio de Luzán, em *La Poética*; Voltaire, no prefácio a *La Henriade*; Kant, no discurso sobre o Sublime; Francisco José Freire, nas *Regras da Verdadeira Poesia em Geral* (que, por sinal, reproduziam o subtítulo dado por Luzán); Luís Verney, no *Verdadeiro Método de Estudar*; e Frei de Santa Catarina, no *Serão Político* etc.

Em suma, a investigação a respeito das práticas letradas dos séculos XVI a XVIII ganha em consistência, precisão e seriedade se se levam em conta as necessárias aproximações entre as letras, a religião e a economia daqueles tempos. Como indica Fernand Braudel, enfim: “A historiografia atravessou lentamente distintas fases. Ela foi a crônica dos príncipes, a história das batalhas ou o espelho dos eventos políticos; hoje, graças aos esforços de pioneiros audaciosos, ela mergulha nas realidades econômicas e sociais do passado”<sup>66</sup>.

65. Abel Barros Baptista, *O Livro Agreste: Ensaio de Curso de Literatura Brasileira*, Campinas, Editora da Unicamp, 2005, p. 59.

66. Fernand Braudel *apud* Maurice Aymard, “Braudel Ensina História”, em Fernand Braudel, *Gramática das Civilizações*, São Paulo, Martins Fontes, 1989, pp. 9-10.

## TEMPOS

A noção de tempo não é sempre a mesma ao longo da história. Em uma perspectiva cristã, Deus, que está fora do tempo, foi quem o criou e é a sua causa onipresente; por conseguinte, em todos os acontecimentos históricos há a presença divina. O sentido (primeiro e último) da história e do próprio tempo é, portanto, Deus. Em suas *Confissões*, Santo Agostinho declara, por exemplo, que “tu [Deus] fizeste todo o tempo e és antes de todo tempo, e não houve um tempo em que não havia tempo. Logo, não houve um tempo em que não fizesses algo, porque tu fizeste o próprio tempo. E nenhum tempo é coeterno contigo, porque tu permaneces; mas ele, se permanecesse, não seria tempo”<sup>67</sup>. Em seguida, o bispo de Hipona questiona-se sobre em que consiste propriamente o tempo:

O que é o tempo, então? Se ninguém me perguntar, eu sei; mas, se quiser explicar a alguém que me pergunte, não sei: mas é com segurança que afirmo saber que, se nada passasse, não haveria tempo passado; se nada sobreviesse, não haveria tempo futuro; e, se nada fosse, não haveria tempo presente. Logo, aqueles dois tempos, passado e futuro, em que sentido eles são, se o passado não é mais, e o futuro ainda não é? Mas o presente, se fosse sempre presente e não se tornasse passado, não seria presente, e sim eternidade. Logo, se o presente, para que seja tempo, há de se tornar passado, como podemos dizer, a respeito dele também, que é, se a razão de sua existência é deixar de ser? De maneira que não afirmamos com verdade que o tempo é, senão porque ele tende a não ser<sup>68</sup>.

Respondendo a esses questionamentos, conclui Agostinho que, não se podendo conceber nem o futuro nem o passado, o que há, rigorosamente, são três tempos: “o presente do passado, o presente do presente e o presente do futuro. Esses três, de fato, estão na alma, de alguma maneira, e não os vejo em outro lugar: a memória presente do passado, a visão presente do

67. Agostinho, *Confissões*, Tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammi, São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2017, p. 318.

68. *Idem*, p. 319.

presente, a expectativa presente do futuro”<sup>69</sup>. Assim, o tempo não está nas coisas, mas somente na alma (*anima*), presentificando-se como memória (*memoria*), visão (*contuitus*) e expectativa (*expectatio*).

As concepções teológicas de tempo prevalecem até fins do século XVIII, quando se consolida – como ressaltado anteriormente – a noção de progresso, que delas se desvencilha e na qual se buscou reunir um grande número de novas experiências dos três séculos precedentes. “O conceito de progresso único e universal nutria-se de muitas novas experiências individuais de progressos setoriais, que interferiam com profundidade cada vez maior na vida quotidiana e que antes não existiam”<sup>70</sup>. Apreende-se o tempo, a partir de então, predominantemente, como progresso, sendo a Revolução Francesa um grande marco dessa nova concepção temporal.

Além disso, vale recordar que o termo português “século”, empregado desde o século XIII, deriva do latino “*saeculum*”, podendo significar tanto o mundo, a vida terrena, quanto um período de cem anos<sup>71</sup>. A mensuração do tempo em séculos é, como qualquer outra medida, artifício. Esses blocos de cem anos são construídos historicamente e artificialmente, como inventadas rupturas temporais, para classificar diversas temporalidades que se cruzam. Por isso, parece apropriado considerar que nesses blocos temporais há distintos “estratos do tempo”. Como já citado na primeira parte deste capítulo, na qual se discutiram os conceitos de “letras” e de “literatura”, Reinhart Koselleck elucida que tais estratos “remetem a diversos planos, com durações diferentes e origens distintas, mas que, apesar disso, estão presentes e atuam simultaneamente”<sup>72</sup>; eles permitem, então, “reunir em um mesmo conceito a contemporaneidade do não contemporâneo, um dos fenômenos históricos mais reveladores. Muitas coisas acontecem ao mesmo tempo, emergindo, em diacronia ou em sincronia, de contextos completamente heterogêneos”<sup>73</sup>. Logo, não há um tempo único, composto de descontinuidades, entre os sé-

69. *Idem*, p. 324.

70. Reinhart Koselleck, *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*, p. 317.

71. Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 4. ed., 4. reimpressão de acordo com a nova ortografia, Rio de Janeiro, Lexicon, 2013, p. 585.

72. Reinhart Koselleck, *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*, p. 9.

73. *Idem*, *ibidem*.

culos XVI a XVIII na Terra do Brasil, e sim variados estratos temporais que se atravessam continuamente; o que há, em última instância, são diferentes tempos artificialmente organizados em séculos.

Assim, ressalvados outros modos de mensurar o tempo, fatiar a história e inserir rupturas nos períodos temporais, cabe distinguir o que diferencia as chamadas sociedades de Antigo Regime<sup>74</sup> (dos séculos XVI a XVIII) em relação às sociedades ditas burguesas (de fins do século XVIII em diante). Para fazê-lo, as investigações sobre as sociedades de corte<sup>75</sup> de Norbert Elias<sup>76</sup>, Peter Burke<sup>77</sup>, Perry Anderson<sup>78</sup>, Vitorino Magalhães Godinho<sup>79</sup> e Joaquim Romero Magalhães<sup>80</sup> – combinadas às pesquisas sobre direito canônico e

74. “De modo geral, o pressuposto doutrinário das versões católicas e luteranas da ‘razão de Estado’ é a unidade de integração das partes do ‘corpo à cabeça’, discutida por Santo Tomás de Aquino no Comentário do livro da Metafísica de Aristóteles. Neste, uma rede cerrada de metáforas organicistas figura a sociedade política como um corpo de ordens e estamentos subordinados a um só, conforme o modelo do corpo humano definido escolasticamente, em que o tronco e os membros se submetem à cabeça” (João Adolfo Hansen, “Razão de Estado”, em Adatao Novaes (org.), *A Crise da Razão*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 137-138).
75. No Brasil, destacam-se os trabalhos de João Adolfo Hansen, “Razão de Estado”; João Adolfo Hansen, “O Discreto”, em Adatao Novaes (org.), *Libertinos Libertários*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 77-103; Marco Antonio Silveira, *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*, São Paulo, Hucitec, 1997; Joaci Pereira Furtado, *Uma República de Leitores: História e Memória na Recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*, São Paulo, Hucitec, 1997; Ana Paula Torres Megiani, *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*, São Paulo, Alameda, 2004; André Luiz Barros da Silva, *Sensibilidade, Coquetismo e Libertinagem: A Pamela Inglesa, as Pamelas Francesas e as Mudanças e Estéticas do Século XVIII*, São Paulo, Alameda, 2019, que oferecem um painel das sociedades do Antigo Regime, atentas à lei, aos preceitos religiosos, às práticas distintivas, dentre elas as regras de cortesia.
76. Norbert Elias, *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*, Tradução de Pedro Sússekind, Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
77. Peter Burke, *A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*, Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges, 2. ed, Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
78. Perry Anderson, *Linhagens do Estado Absolutista*, Tradução de Renato Prelorentzou, São Paulo, Editora Unesp, 2016.
79. Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, Lisboa, Editora Arcádia, 1971.
80. Joaquim Romero Magalhães, *Concelhos e Organização Municipal na Época Moderna*, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.

civil de Ernst Kantorowicz<sup>81</sup>, António Manuel Hespanha<sup>82</sup> e Nuno Camarinhas<sup>83</sup> – são incontornáveis.

Dessa maneira, a sociedade de corte é um mundo restrito e cifrado, em que os vários modos de falar, gesticular, vestir-se, caminhar, combinar roupas e acessórios, praticar esportes e viajar também levam em conta as artes, a lei, os códigos de conduta e a capacidade de simular razoabilidade e dissimular desejos vis e afetos vulgares, como critérios de discrição<sup>84</sup>. As palavras-chave pareciam ser poder, aparência e distinção:

O poder se confunde com a ideia de jurisdição em uma sociedade que se concebe, de variados modos, com o recurso às metáforas jurídicas. A doutrina dos juristas (o *ius commune*) cria um imaginário que não se limita à cultura letrada, mas se também é compartilhada pela cultura popular: o poder equivale à administração da justiça e ao ato de enunciar o direito (*iuris dictio*)<sup>85</sup>.

É preciso lembrar que o período temporal compreendido por este livro acerca das letras na Terra do Brasil – isto é, séculos XVI a XVIII – marca o auge e o declínio dos principais reinos europeus. Particularmente no caso de Portugal, a era das grandes navegações (encerrada no fim do século XVI) jamais seria retomada com a mesma potência, mesmo após a chamada Restauração, na década de 1640. Dito de modo sintético, entre os séculos XVII

81. Ernst H. Kantorowicz, *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*, New Jersey, Princeton University Press, 1997.

82. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*, Coimbra, Almedina, 1994.

83. Nuno Camarinhas, *Les Magistrats et L'Administration de la Justice. Le Portugal et son Empire Colonial (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> Siècle)*, Paris, L'Harmattan, 2012.

84. “Agudeza, prudência, dissimulação, aparência e honra constituem a discrição. Nas monarquias absolutistas do século XVII, principalmente nas ibéricas, a discrição é o padrão da racionalidade de corte que define o cortesão, proposto para todo o corpo político como o modelo do *uomo universale*, o homem universal, como se dizia na Itália do século XVI. Nas práticas de representação, a discrição é, por isso, uma categoria intelectual que classifica ou especifica a distinção e a superioridade de ações e palavras, aparecendo figurada no *discreto*, que é um tipo ou uma personagem do processo de interlocução” (João Adolfo Hansen, “O Discreto”, p. 83).

85. Nuno Camarinhas, *Les Magistrats et L'Administration de la Justice. Le Portugal et son Empire Colonial (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> Siècle)*, p. 11.

e XVIII, o modelo paradigmático imitado canhesticamente pela Península Ibérica era a França. Lisboa estava para Paris assim como Mafra estava para Marselha:

A realeza quer-se assumir como a única *auctoritas* dotada de “certa ciência, motu próprio e poder absoluto”, o que exige várias formas de presença e actuação na sociedade que, em exclusivo, quer representar, governar e policiar. Presença e actuação que não podem ser diretamente satisfeitas por inexistência de meios adequados, nomeadamente de um funcionalismo régio habilitado, hierarquizado e em número suficiente<sup>86</sup>.

Para além das evidentes diferenças entre a Corte do Rei Sol e a lisboeta, ambas comungavam de um pressuposto comum e ambivalente:

A proposição de que são os nobres que devem dirigir a sociedade é completada por outra de acordo com a qual esta nobreza é designada pelo sangue. Claro que os próprios termos em que se punha a justificação do princípio elitista implicava restrições ao princípio linhagista. Se a preferência pela nobreza se fundava numa presunção de maior dignidade, ela não funcionaria sempre que esta dignidade presumida concorresse com uma outra, ainda maior, mas comprovada. [...] Nos escritos político-jurídicos da nossa época não deixa, portanto, de estar subjacente a polémica entre a *nobilitas* (como virtude ou aptidão presumida) e a *dignitas* (como virtude ou aptidão demonstrada)<sup>87</sup>.

Em Portugal, a exemplo do que já acontecera na Europa décadas antes, o Antigo Estado sofreu um abalo decisivo na transição do século XVIII para o XIX, quando o comércio, o lucro e a pulverização do gosto médio tomam o lugar da nobreza e da aristocracia e, portanto, do cultivo das artes e das belas letras como índice de refinamento de gosto e distinção social:

[...] quando chegamos ao ocaso do século XVIII e a Inglaterra inicia, com o tear mecânico, com a fiação mecânica, com o emprego da energia do vapor, a grande transformação que levará à produção em massa e a novas condições de vida social, os povos

86. Joaquim Romero Magalhães, *Concelhos e Organização Municipal na Época Moderna*, p. 12.

87. António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*, p. 317.

peninsulares vão permanecer enredados nas estruturas, agora arcaizantes, que tinham feito a sua glória mas estavam inteiramente desajustados<sup>88</sup>.

Por fim, é importante ressaltar que os pesquisadores reunidos neste livro partem de pressupostos similares aos expostos neste capítulo inicial – respeitadas as eventuais diferenças que dizem respeito aos objetos de estudo, métodos adotados e objetivos pretendidos. Este capítulo introdutório apenas apresenta algumas linhas de força associadas a uma vertente crítica que prioriza, em perspectiva retórico-poética, os variados gêneros, tópicos, matérias e estilos nas letras e nas artes, tendo em vista, sobretudo, conceitos como emulação, imitação, autoridade, verossimilhança e decoro, bem como concepções teológicas e políticas que enformam os textos. Isso porque focar as preceptivas retórico-poéticas, no campo das letras, não reduz o escopo nem o alcance das análises; pelo contrário, parece ampliá-los. Pretende-se, assim, ler os mundos anteriores ao século XIX com olhos menos anacrônicos e trans-históricos, que caracterizam as vozes e escutas do tempo classificado como pós-moderno, segundo a métrica *pop*. Desse modo, talvez se consiga entender melhor como homens e mulheres letrados que circularam, entre os séculos XVI a XVIII, na (portuguesa) Terra do Brasil concebiam o mundo, vivendo sob a absoluta ordem do rei e a infalível luz de Deus.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AGOSTINHO. *Confissões*. Tradução do latim e prefácio de Lorenzo Mammì. São Paulo, Penguin Classics Companhia das Letras, 2017.
- AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. *Teoria da Literatura*. 8. ed. Coimbra, Livraria Almedina, 2007.
- ANDERSON, Perry. *Linhagens do Estado Absolutista*. Tradução de Renato Prelorentzou. São Paulo, Editora Unesp, 2016.
- ARAUJO, Valdeí Lopes de. *A Experiência do Tempo: Conceitos e Narrativas na Formação Nacional Brasileira (1813-1845)*. São Paulo, Aderaldo & Rotschild, 2008.
- AYMARD, Maurice. “Braudel Ensina História”. In: BRAUDEL, Fernand. *Gramática das Civilizações*. São Paulo, Martins Fontes, 1989, pp. 1-12.

88. Vitorino Magalhães Godinho, *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*, p. 55.

- BAPTISTA, Abel Barros. *O Livro Agreste: Ensaio de Curso de Literatura Brasileira*. Campinas, Editora da Unicamp, 2005.
- BAREL, Ana Beatriz Demarchi. *Um Romantismo a Oeste: Modelo Francês, Identidade Nacional*. São Paulo, Annablume, 2002.
- BLUTEAU, Raphael. *Vocabulario Portuguez, & Latino*. Vol. 2. Coimbra, Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712.
- \_\_\_\_\_. *Vocabulario Portuguez, & Latino*. Vol. 5. Lisboa Occidental, Officina de Pascoal da Sylva, 1716.
- \_\_\_\_\_. *Supplemento ao Vocabulario Portuguez, & Latino*. Parte Primeira. Lisboa Occidental, Officina de Joseph Antonio da Sylva, 1727.
- BURKE, Peter. *A Fabricação do Rei: A Construção da Imagem Pública de Luís XIV*. Tradução de Maria Luiza X. de A. Borges. 2. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 2009.
- CAMARINHAS, Nuno. *Les Magistrats et L'Administration de la Justice. Le Portugal et son Empire Colonial (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> Siècle)*. Paris, L'Harmattan, 2012.
- CARVALHO, Maria do Socorro Fernandes de. *Poesia de Agudeza em Portugal: Estudo Retórico da Poesia Lírica e Satírica Escrita em Portugal no Século XVII*. São Paulo, Humanitas/Edusp/Fapesp, 2007.
- CHAUVIN, Jean Pierre. "Revisão de Bento Teixeira". *Todas as Musas*, ano 10, n. 1, pp. 71-87, jul.-dez. 2018.
- COLOMÈS, Jean. *Le Dialogue "Hospital das Letras" de D. Francisco Manuel de Melo*. Texte établi d'après l'édition princeps et les manuscrits, variantes et notes. Paris, Fundação Calouste Gulbenkian/Centro Cultural Português, 1970.
- CORTESÃO, Jaime. *A "Carta" de Pero Vaz de Caminha*. Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1994.
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*. 4. ed. 4. reimpressão de acordo com a nova ortografia. Rio de Janeiro, Lexicon, 2013.
- DIAS, Manuel Nunes. *Descobrimento do Brasil (Processo Conjuntural de Longa Duração)*. 2. ed. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000.
- DOYLE, William. *O Antigo Regime*. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo, Ática, 1991.
- ELIAS, Norbert. *A Sociedade de Corte: Investigação sobre a Sociologia da Realeza e da Aristocracia de Corte*. Tradução de Pedro Süssekind. Rio de Janeiro, Zahar, 2001.
- FALCON, Francisco José Calazans. *Estudos de Teoria da História e Historiografia*, vol. III – *História Luso-Brasileira*. São Paulo, Hucitec, 2017.
- FISHER, H. E. S. *De Methuen a Pombal: O Comércio Anglo-Português de 1700 a 1770*. Tradução de Joaquim Duarte Peixoto. Lisboa, Gradiva, 2000.
- FLEUISS, Max. *História Administrativa do Brasil*. 2. ed. São Paulo, Melhoramentos, 1925.
- FUMAROLI, Marc. "Les Abeilles et les Araignées". In: *La Querelle des Anciens et des Modernes (XVII<sup>e</sup>-XVIII<sup>e</sup> Siècles)*. Édition établie et annotée par Anne-Marie Lecoq. Postface de Jean-Robert Armogathe. Paris, Gallimard, 2001, pp. 7-220.

- FURTADO, Joaci Pereira. *Uma República de Leitores: História e Memória na Recepção das Cartas Chilenas (1845-1989)*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- GODINHO, Vitorino Magalhães. *A Estrutura na Antiga Sociedade Portuguesa*. Lisboa, Editora Arcádia, 1971.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. *Debaixo da Imediata Proteção Imperial: Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889)*. 2. ed. São Paulo, Annablume, 2011.
- HANSEN, João Adolfo. *A Sátira e o Engenho: Gregório de Matos e a Bahia do Século XVII*. 2. ed. rev. Cotia/Campinas, Ateliê Editorial/Editora da Unicamp, 2004.
- \_\_\_\_\_. “Barroco, Neobarroco e Outras Ruínas”. *Floema Especial – Ano II*, n. 2A, pp. 15-84, out. 2006.
- \_\_\_\_\_. “O Discreto”. In: NOVAES, Aduino (org.). *Libertinos Libertários*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 77-103.
- \_\_\_\_\_. “Razão de Estado”. In: NOVAES, Aduino (org.). *A Crise da Razão*. São Paulo, Companhia das Letras, 1996, pp. 135-156.
- HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Prefácios de historiadores e textos sobre história reunidos e comentados por François Hartog; traduzidos para o português por Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte, Editora da UFMG, 2001.
- HERMANN, Jacqueline. “Cenário do Encontro de Povos: A Construção do Território”. In: *Brasil: 500 Anos de Povoamento*. Rio de Janeiro, IBGE, 2007, pp. 17-34.
- HESPANHA, António Manuel. *As Vésperas do Leviathan: Instituições e Poder Político. Portugal – Séc. XVII*. Coimbra, Almedina, 1994.
- HOUAISS, António & VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2009.
- JAUSS, Hans Robert. “Tradição Literária e Consciência Atual da Modernidade”. In: OLINTO, Heidrun Krieger (org.). *Histórias de Literatura: As Novas Teorias Alemãs*. São Paulo, Ática, 1996, pp. 47-100.
- KANTOR, Iris. *Esquecidos e Renascidos: Historiografia Acadêmica Luso-Americana (1724-1759)*. São Paulo/Salvador, Hucitec/UFBA, 2004.
- KANTOROWICZ, Ernst H. *The King's Two Bodies: A Study in Mediaeval Political Theology*. New Jersey, Princeton University Press, 1997.
- KOSSELLECK, Reinhart. *Estratos do Tempo: Estudos sobre História*. Tradução de Markus Hediger. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2014.
- \_\_\_\_\_. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Tradução de Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Revisão de César Benjamin. Rio de Janeiro, Contraponto/PUC-Rio, 2006.
- KOSSOVITCH, Leon. “Contra a Ideia de Renascimento”. In: NOVAES, Aduino (org.). *Artespasmato*. São Paulo, Companhia das Letras, 1994, pp. 59-68.
- \_\_\_\_\_. “La Discontinuité et l'Histoire de l'Art”. In: GALARD, Jean (org.). *Ruptures: De la Discontinuité dans la Vie Artistique*. Paris, École Nationale Supérieure des Beaux-Arts/Musée du Louvre, 2002, pp. 303-339.

- \_\_\_\_\_. “Tradição Clássica”. *Desígnio: Revista de História da Arquitetura e do Urbanismo*, n. 5, pp. 15-21, mar. 2006.
- LACHAT, Marcelo. “Letras e Literatura: Continuidades e Descontinuidades”. *Revista USP*, n. 121, pp. 45-60, abr.-maio-jun. 2019.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 7. ed. revista. Campinas, Editora da Unicamp, 2013.
- LUZ, Guilherme Amaral. “O Canto de Proteu ou a Corte na Colônia em *Prosopopeia* (1601), de Bento Teixeira”. *Tempo*, vol. 13, n. 25, pp. 193-215, 2008.
- MCGANN, Jerome J. *A Critique of Modern Textual Criticism*. Charlottesville/London, University Press of Virginia, 1992.
- MAGALHÃES, Joaquim Romero. *Concelhos e Organização Municipal na Época Moderna*. Coimbra, Universidade de Coimbra, 2011.
- MANCHESTER, Alan K. *Preeminência Inglesa no Brasil*. Tradução de Janaína Amado. São Paulo, Brasiliense, 1973.
- MARAVALL, José Antonio. *Antiguos y Modernos: La Idea de Progreso en el Desarrollo Inicial de una Sociedad*. Madrid, Sociedad de Estudios y Publicaciones, 1966.
- MATOS E GUERRA, Gregório de. *Poemas Atribuídos: Códice Asensio-Cunha*. Edição e estudo de João Adolfo Hansen e Marcello Moreira. Belo Horizonte, Autêntica, 2013, 5 vols.
- MEGIANI, Ana Paula Torres. *O Rei Ausente: Festa e Cultura Política nas Visitas dos Filipes a Portugal (1581-1619)*. São Paulo, Alameda, 2004.
- MELLO, Evaldo Cabral de. *Um Imenso Portugal: História e Historiografia*. São Paulo, Editora 34, 2002.
- MELO, Ciro Flávio de Castro Bandeira de. *Senhores da História e do Esquecimento: A Construção do Brasil em Dois Manuais Didáticos de História na Segunda Metade do Século XIX*. Belo Horizonte, Argumentum, 2008.
- MELO, Francisco Manuel de. *Apólogos Dialogais*. Vol. II. Introdução, fixação de texto e notas de Pedro Serra. Braga/Coimbra, Angelus Novus, 1999.
- MENARD, Russel R. & SCHWARTZ, Stuart B. “Por que a Escravidão Africana? A Transição da Força de Trabalho no Brasil, no México e na Carolina do Norte”. In: SZMRECSÁNYI, Tamás (org.). *História Econômica do Período Colonial*. 2. ed. São Paulo, Hucitec/ABPHE/Edusp/Imprensa Oficial do Estado, 2002, pp. 3-19.
- MOREIRA, Marcello. *Crítica Textualis in Caelum Revocata? Uma Proposta de Edição e Estudo da Tradição de Gregório de Matos e Guerra*. São Paulo, Edusp, 2011.
- \_\_\_\_\_. “Louvor e História em *Prosopopeia*”. In: TEIXEIRA, Ivan (org.). *Épicos*. São Paulo, Edusp/Imprensa Oficial, 2008, pp. 95-117.
- MUHANA, Adma. “Introdução”. In: OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Poesia Completa: Música do Parnasso, Lira Sacra*. Introdução, organização e fixação de texto por Adma Muhana. São Paulo, Martins Fontes, 2005, pp. XI-LXXXVIII.
- \_\_\_\_\_. “O *Prosopopeia* de Bento Teixeira: Epopeia de Derrotas”. *Anais do XIX Encontro Brasileiro de Professores de Literatura Portuguesa – Imaginário: O Não-Espaço do Real*. Curitiba, 2003, pp. 14-19.

- NOVAIS, Fernando. *Estrutura e Dinâmica do Antigo Sistema Colonial (Séculos XVI-XVIII)*. 4. ed. São Paulo, Brasiliense, 1986.
- PAPAVERO, Nelson. *Menções ao “Pau-Brasil” do Velho e do Novo Mundos em Fontes Portuguesas dos Séculos XV, XVI e XVII*. São Paulo, Nihilp-FFLCH-USP, 2019.
- PÉCORA, Alcir. *Teatro do Sacramento: A Unidade Teológico-Retórico-Política dos Sermões de Antonio Vieira*. Campinas/São Paulo, Editora da Unicamp/Edusp, 2008.
- PEIXOTO, Afrânio. *Noções de História da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Livraria Francisco Alves, 1931.
- PUNTONI, Pedro. *O Estado do Brasil: Poder e Política na Bahia Colonial (1548-1700)*. São Paulo, Alameda, 2013.
- RICUPERO, Bernardo. *O Romantismo e a Ideia de Nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo, Martins Fontes, 2004.
- SALGADO, Graça (org.). *Fiscais e Meirinhos: A Administração no Brasil Colonial*. 2. ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um Monarca nos Trópicos*. 2. ed. 2. reimp. São Paulo, Companhia das Letras, 1999.
- SILVA, André Luiz Barros da. *Sensibilidade, Coquetismo e Libertinagem: A Pamela Inglesa, as Pamelas Francesas e as Mudanças e Estéticas do Século XVIII*. São Paulo, Alameda, 2019.
- SILVEIRA, Marco Antonio. *O Universo do Indistinto: Estado e Sociedade nas Minas Setecentistas (1735-1808)*. São Paulo, Hucitec, 1997.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *As Razões da Independência*. 2. ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1969.
- SOUZA, Roberto Acízelo de. “Literatura”. In: CEIA, Carlos (coord.). *E-Dicionário de Termos Literários*, 2009. Disponível em: <http://edtl.fcsh.unl.pt/encyclopedia/literatura>. Acesso em 23.1.2018.
- \_\_\_\_\_. (org.). *Uma Ideia Moderna de Literatura: Textos Seminais para os Estudos Literários (1688-1922)*. Chapecó, Argos, 2011.
- TEIXEIRA, Ivan. “A Poesia Aguda do Engenhoso Fidalgo Manuel Botelho de Oliveira”. In: OLIVEIRA, Manuel Botelho de. *Música do Parnaso*. Edição fac-similar [1705]. Organização e estudo crítico de Ivan Teixeira. Cotia, Ateliê Editorial, 2005, pp. 7-96.
- \_\_\_\_\_. “Hermenêutica, Retórica e Poética nas Letras da América Portuguesa”. *Revista USP*, n.57, pp. 138-159, mar.-maio 2003.
- \_\_\_\_\_. *Mecenato Pombalino e Poesia Neoclássica*. São Paulo, Edusp, 1999.